



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA



JOÃO PAULO LARANJO VELHO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SUSTENTABILIDADE DO
AGRONEGÓCIO: O CASO DA BUNGE NO EXTREMO SUL DO
BRASIL

RIO GRANDE
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA

JOÃO PAULO LARANJO VELHO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO: O
CASO DA BUNGE NO EXTREMO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial exigido para a obtenção do Título de Mestre em Educação Ambiental. Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental. (FEA).
Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

RIO GRANDE
2018

Ficha catalográfica

L318e Laranjo Velho, João Paulo.
A educação ambiental na sustentabilidade do agronegócio: o caso da BUNGE no extremo sul do Brasil / João Paulo Laranjo Velho. – 2018.
82 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2018.
Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.


1. Educação ambiental 2. Sustentabilidade 3. Agronegócio
4. Injustiça ambiental I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37


João Paulo Laranjo Velho

"A Educação Ambiental na sustentabilidade do Agronegócio: O caso da Bunge no extremo sul do Brasil"

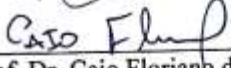
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



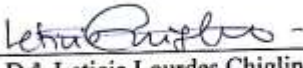
Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
(FURG)



Prof.ª Dr.ª Leticia Lourdes Chiglino Mendizabal
(CURE)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, pois sem eles não conseguiria ser selecionado, nem teria motivação para concluir o mestrado, diante da longa e cansativa jornada.

Agradeço também a minha filha Thais dos Anjos Velho, por compreender os momentos em que precisei ficar sozinho estudando, os momentos que estive com mau humor.,

Agradeço a minha esposa Renata dos Anjos Velho, pela paciência e apoio dado ao longo de toda minha vida acadêmica na Graduação em Química, Especialização em Educação Brasileira, Especialização em Gestão Ambiental Municipal e Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação, no mestrado em Educação Ambiental e Doutorado em Ciências da Educação na Argentina, compreendendo meu mau humor e cansaço, mas acima, de tudo, por acreditar que eu era capaz!

Agradeço a Universidade Federal de Rio Grande, que me proporcionou concluir uma graduação com habilitação em Ciências e Química, uma especialização em Educação Brasileira, uma Especialização em Gestão Ambiental Municipal e uma Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação, além de um mestrado em Educação Ambiental.

Agradeço muito a equipe do curso de graduação (à distância) em Ciência, bem como à SEaD-FURG (Secretaria de Ensino à Distância da FURG), pela oportunidade de atuação como tutor em 2015, me permitindo crescer muito como profissional.

Não poderia deixar de agradecer a minha turma do mestrado pelo apoio na realização dos trabalhos e pelo incentivo na realização e permanência no PPGEA. Da mesma forma aos professores e secretários do PPGEA pela paciência e colaboração. Em especial ao prof. Dr. Alfredo pela importante contribuição na disciplina das três Ecologias, a qual me oportunizou crescer em muito como professor, para poder desenvolver aulas que estimulassem os alunos na participação como autores do processo educativo.

O agradecimento em especial vai para o incansável Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado, que foi muito mais que um professor, foi um grande amigo e incentivador para que realizasse uma dissertação que tivesse relevância social e dessa forma pudesse contribuir com a sociedade, a fim de diminuir a injustiça socioambiental. O professor Carlos me orientou de férias, nos finais de semanas, feriados e quando em viagem fora do país, para realização dessa dissertação, abdicando de sua folga junto à família, demonstrando total comprometimento

com a educação e em particular com seu orientando, vindo a ser um exemplo de profissional.

Agradeço também à Luiz Paulo Soares, graduado em História e mestre em Educação pela Furg/ PPGEduc e Emanuele Lopes, graduada em Letras Português/Francês e mestra em Educação pela leitura crítica neste trabalho, a fim de contribuir com o autor, desde seus conhecimentos acadêmicos a experiência docente.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Distribuição de terras no Brasil..... | 38 |
| Figura 2: Cadeia produtiva do agronegócio | 43 |
| Figura 3: Ações do Comunidade Educativa pelo Brasil em 09 estados | 49 |
| Figura 4: Mapa da Zona Industrial de Rio Grande, localização da BUNGE | 49 |
| Figura 5: Fachada BUNGE Alimentos em Rio Grande | 50 |
| Figura 6: Parte do Complexo Empresa BUNGE Alimentos Rio Grande..... | 50 |
| Figura 7: Planta da Empresa BUNGE Fertilizantes | 51 |
| Figura 8: Produtos produzidos com a marca BUNGE | 51 |
| Figura 9: Foto das embalagens dos fertilizantes produzidos..... | 52 |
| Figura 11: Unidade de Gaspar/SC | 70 |
| Figura 12: Mudas para plantio de florestas ciliares | 70 |
| Figura 13: Reserva Particular do Patrimônio Natural em Figueira Branca..... | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Porcentagem da renda apropriada por faixas da população – Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (1991, 2000 e 2010) | 22 |
| Tabela 2: Estrutura Fundiária do Brasil em 2012..... | 22 |
| Tabela 3: CONFLITOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL | 24 |
| Tabela 4: Comparação da EA crítica e EA transformadora | 28 |
| Tabela 5: Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil 2006 | 41 |
| Tabela 6: Histórico da Evolução da Empresa BUNGE no Brasil e no Exterior | 47 |
| Tabela 7: A classificação das unidades de federação, segundo a comercialização de agrotóxicos, no ano de 2013 | 53 |
| Tabela 8: Área plantada e destinada à colheita (ha) | 56 |
| Tabela 9: Produção de soja de 2011 a 2016. | 57 |
| Tabela 10: Sustentabilidade da BUNGE | 59 |
| Tabela 11: A Educação Ambiental da e para a BUNGE/Brasil | 66 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Consumo de agrotóxicos e afins (2000-2014)..... | 54 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ABAG | Associação Brasileira do Agronegócio |
| ABAGRP | Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto |
| CCA | Cartilha de Conscientização Ambiental |
| CDAL | Centro de Divulgação Ambiental |
| FEE | Fundação de Economia e Estatística |
| FURB | Fundação Universidade de Blumenau |
| FURG | Universidade Federal do Rio Grande |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PPGEA | Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental |
| PPGEdu | Programa de Pós-Graduação em Educação |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| RPPN | Reserva Particular do Patrimônio Natural |
| SEMA | Secretaria de Estado do Meio Ambiente |
| UNR | Universidade Nacional de Rosário (Argentina) |
| VAB | Valor Adicionado Bruto |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPITULO I..... | 18 |
| 1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: Reflexões sobre a injustiça do Agronegócio no Extremo Sul do Brasil..... | 18 |
| 1.1 INTRODUÇÃO | 18 |
| 1.2 A EDUCACAO AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL: Contexto de injustiça social e ambiental do e pelo agronegócio..... | 19 |
| 1.3 O contexto da injustiça ambiental..... | 21 |
| 1.4 JUSTIÇA/INJUSTIÇA AMBIENTAL..... | 25 |
| 1.5 De que Educação Ambiental estamos falando? | 27 |
| 1.6 Sustentabilidade do quê, para quem e por que, afinal?..... | 30 |
| 1.7 Considerações finais | 33 |
| CAPITULO II..... | 35 |
| 2. O HISTÓRICO DO LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL | 35 |
| 2.1 Breve histórico do latifúndio no Brasil e no Extremo Sul..... | 35 |
| 2.2 Produção Agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul | 40 |
| 2.3 O agronegócio no Brasil e no Extremo Sul | 42 |
| 2.4 O caso da BUNGE: Apresentação | 46 |
| 2.4.1 A BUNGE: História, localização e negócios..... | 46 |
| CAPITULO III | 59 |
| 3. A SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BUNGE NO BRASIL..... | 59 |
| 3.1 A sustentabilidade da BUNGE Brasil..... | 59 |
| 3.1 Relatório de sustentabilidade da BUNGE | 62 |
| 3.2 A Educação Ambiental da BUNGE no Brasil | 66 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| REFERENCIAS | 78 |

RESUMO

Nesta dissertação, buscou-se investigar como uma empresa do agronegócio se utiliza da Educação Ambiental para justificar suas ações de sustentabilidade pautada no método do desenvolvimento sustentável, na defesa da união impossível entre crescimento e a proteção ambiental existente nos discursos que maquiam impactos e conflitos ambientais. Para tanto, utilizou-se de uma revisão e consulta bibliográfica no período de junho de 2016 a junho de 2017 no site do PPGEA (Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande), REMEA (Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental), Revista Ambiente e Educação, periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pesquisa documental no site da empresa BUNGE, no site da fundação e nas cartilhas Pense Bem Meio Ambiente e Conscientização Ambiental da empresa. A partir da identificação do público atingido, devido a vulnerabilidade que está exposto pelos impactos negativos devido as suas condições econômicas e das fontes potencialmente poluidoras, na perspectiva do enfrentamento da injustiça ambiental, é que classificamos a Educação Ambiental da empresa como tendência (EA conservadora), a qual tende a manter o quadro de injustiça ambiental, uma vez que se baseia em uma visão mecanicista da ciência cartesiana, que simplifica e reduz os fenômenos complexos da realidade. Neste sentido, para superação de injustiça ambiental é que o autor entende que somente a (EA crítica) estimula o pensar autêntico e emancipado que não deixa confundir por visões fragmentadas da realidade, afim de que seja feito justiça ambiental.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Sustentabilidade e Agronegócio, Injustiça Ambiental

RESUMEN

En esta disertación, se buscó investigar cómo una empresa del agronegocio se utiliza de la Educación Ambiental para justificar sus acciones de sostenibilidad pautada en el método del desarrollo sostenible, en la defensa de la unión imposible entre crecimiento y la protección ambiental existente en los discursos que maquillan impactos y conflictos ambientales. Para ello, se utilizó una revisión y consulta bibliográfica en el período de junio de 2016 a junio de 2017 en el sitio del PPGEA (Programa de Postgrado en Educación Ambiental de la Universidad Federal de Rio Grande), REMEA (Revista Electrónica del Máster en (En el caso de las empresas de servicios públicos), en el sitio web de la empresa BUNGE, en el sitio de la fundación y en las cartillas Piense Bien Medio Ambiente y Conscientización Ambiental de la empresa. A partir de la identificación del público alcanzado, debido a la vulnerabilidad que está expuesta por los impactos negativos debido a sus condiciones económicas y de las fuentes potencialmente contaminantes, en la perspectiva del enfrentamiento de la injusticia ambiental, es que clasificamos la Educación Ambiental de la empresa como tendencia (EA conservadora) , la cual tiende a mantener el cuadro de injusticia ambiental, ya que se basa en una visión mecanicista de la ciencia cartesiana, que simplifica y reduce los fenómenos complejos de la realidad. En este sentido, para superación de injusticias ambientales es que el autor entiende que solamente la (EA crítica) estimula el pensar auténtico y emancipado que no deja confundir por visiones fragmentadas de la realidad, a fin de que se haga justicia ambiental.

Palabras-clave: Educación Ambiental, Sostenibilidad y Agro negocios, Injusticia Ambiental

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo sobre Agronegócio, Educação Ambiental e sustentabilidade surgiu quando realizava o curso de especialização em Gestão Ambiental Municipal na FURG (Universidade Federal do Rio Grande), nos anos de 2009 a 2010, no entanto já possuía uma vasta experiência com a Educação Ambiental, visto participar de encontros e debates sobre Educação Ambiental – EDEA, uma vez que lecionava a disciplina de gestão ambiental na Escola Técnica D. Pedro II, localizada na rua Major Carlos Pinto, na cidade do Rio Grande, no ano de 2004 e posteriormente ampliei o interesse sobre o tema e suas relações ao cursar a disciplina de diálogos no Mestrado em Educação Ambiental (2016). Nesta, busquei artigos nos periódicos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, site da BUNGE, Fundação BUNGE, Associação Brasileira do Agronegócio- ABAG, entre outros, para de forma inicial, ir me aproximando da realidade do setor e sua relação com a educação ambiental, sustentabilidade bem como suas ações de *marketing*.

Sendo assim, buscou-se na literatura o conceito de Educação Ambiental (EA), e Sustentabilidade e diante dos dados foi feita uma síntese, para que fosse possível identificar que Educação Ambiental a empresa desenvolvia e realizar uma reflexão crítica. Para tanto me apoiou na EA crítica/transformadora devido a seu viés emancipatório, na/da qual o sujeito ao ampliar sua consciência crítica tende a reconhecer as tendências autoritárias e as formas dominantes que se relacionam a manutenção do poder dos privilegiados à custa dos oprimidos/injustiçados. Conforme Michele Sato (1992), a EA crítica possibilita a compreensão social e política diante de ações e de uma consciência crítica a qual acaba contribuindo com uma transformação social, enquanto que na EA Tradicional tende a ser conservadora, e dessa forma não questiona o modo de produção capitalista, nem os impactos socioambientais causados pelo mesmo, o qual busca lucro no menor espaço de tempo possível, não levando em consideração as questões socioambientais. A EA conservadora tem um olhar reducionista sobre as questões ambientais, além de fragmentar as dimensões sociais e naturais da problemática ambiental (LIMA, 2002). Com isso chegamos à conclusão do que seria pertinente ao estudo da relação da Educação Ambiental com o Agronegócio para entender, como nesta atividade produtiva a EA aparece em suas ações “sustentáveis” e como são divulgados. Mas, também o tema é de interesse social, pois o Agronegócio está presente de forma significativa na economia do Brasil e em especial no Rio Grande do Sul. Fato destacado

pelas inserções recorrentes nos meios de comunicação desde o impresso aos televisivos nos últimos tempos, da importância do agronegócio para a economia do país. Na propaganda televisiva (*agro é pop*), o setor é responsável pela alimentação de 1 bilhão e meio de pessoas no mundo e só na produção do melão, por exemplo, estaria gerando 80 mil empregos no Nordeste, o que corresponderia um rendimento de 150 milhões de dólares em 2016.¹

Por outro lado, no entanto, que a riqueza produzida por este setor não é distribuída de forma equânime, além do que os impactos negativos (poluição, envenenamento, etc.), às quais atingem trabalhadores e moradores dos arredores das atividades de produção que acabam sendo contaminados não são destacados e/ou considerados e, por fim, de que a maior parte da mesma se direciona a exportação². Mas, para além destes aspectos, diríamos que desde a perspectiva da desigualdade ambiental e dos conflitos que o observatório do extremo sul do Brasil e Leste do Uruguai vêm mapeando desde 2011 e da distribuição desigual da riqueza produzida na região – diríamos que a mesma não tem sido distribuída de forma igualitária e, assim, mantêm a desigualdade e a injustiça, (SANTOS; MACHADO, 2013).

Sendo assim, nossa hipótese nesta dissertação é de que sendo o objetivo de uma empresa do agronegócio o lucro via exportação de *commodities* (soja, trigo, arroz, etc.), a sustentabilidade é a perpetuação do negócio, e neste sentido, a educação ambiental e as ações relacionadas ao tema ambiental, são apoio ao *marketing* da mesma e da referida sustentabilidade.

A crise ambiental mundial, em particular no Brasil, como consequência do modo de produção capitalista que visa lucro a curto espaço de tempo para um acúmulo de capital, gera degradação ambiental e por consequência atingem, com maior intensidade, os grupos menos privilegiados, por viverem em áreas mais desprovidas de apoio governamental e/ou de interesse das empresas. Os impactos negativos recaem sobre as classes mais pobres da sociedade, enquanto as mais privilegiadas permanecem no poder e, desta forma, moram em locais mais privilegiados da cidade. Diante disso, esta dissertação teve como objetivo identificar e analisar a relação da Educação Ambiental (programas, atividades, ações e objetivos), e a sustentabilidade da empresa BUNGE no contexto da desigualdade ambiental e social existente no extremo Sul do Brasil. E como objetivos específicos:

¹ Agro: A indústria-riqueza do Brasil in.: G1.[Site]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>>. Acesso em 29 de maio de 2017.

² Para mais detalhes, e de forma inicial, como complemento inicial a hipótese do estudo, sugerimos acessar a página: **As verdades inconvenientes que a campanha “Agro Pop”, da Rede Globo, tenta esconder** disponível em: <<https://paginadoenock.com.br/as-verdades-inconvenientes-que-a-campanha-agro-pop-da-rede-globo-tenta-esconder/>>. Acesso em 02 de março de 2017.

- ✓ Mapear conflitos e problemas socioambientais, entre 2010 a 2015, no extremo sul do Brasil relacionados ao agronegócio,
- ✓ Identificar projetos, programas, atividades de EA e seus objetivos por parte da empresa BUNGE no período de 2010 a 2015,
- ✓ Relacionar a EA da BUNGE com o contexto de desigualdade sócio ambiental.
- ✓ Relacionar a EA com a sustentabilidade da empresa.

O método utilizado foi o estudo descritivo e exploratório, do tipo pesquisa documental que se deu a partir da análise de alguns sites da empresa em estudo. A opção por esse tipo de estudo se deu em decorrência da possibilidade de progresso na área científica. A pesquisa documental se desenvolve mediante etapas que ocorrem numa sequência natural e de forma articulada, descritas a seguir: escolha do tema, delimitação dos objetivos, elaboração do plano de trabalho, identificação e localização das fontes a serem pesquisadas, obtenção e leitura do material identificado, apontamento deste material por meio de análise, interpretação dos dados e redação final do estudo. O estudo ocorreu no Portal de Periódicos da CAPES, mais especificamente, no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, Site da empresa, na Fundação, Cartilha de Conscientização Ambiental e na Cartilha Pense Bem Meio Ambiente da empresa BUNGE. De posse dessas informações foi confeccionado uma tabela e posterior analisado o que a empresa entende por Educação Ambiental e Sustentabilidade e posteriormente foi confeccionado uma outra tabela, sobre a concepção de alguns autores sobre o que é Educação Ambiental Crítica e Educação Ambiental Conservadora, para que pudesse identificar qual a Educação a empresa se fundamenta para desenvolver suas ações para divulgar suas atividades.

O modo utilizado foi a análise das ações de Sustentabilidade e Educação Ambiental da empresa, disponíveis no site, fundação e cartilhas para divulgarem suas ações.

Sendo assim, no primeiro capítulo será abordado, o contexto da região onde se localiza a empresa e também definiremos os conceitos de injustiça ambiental, Educação Ambiental e Sustentabilidade as quais orientaram a pesquisa. No segundo capítulo apresentamos um breve histórico do latifúndio no Brasil, da produção agrícola, da definição de agronegócio e a empresa BUNGE. No terceiro e último capítulo descrevemos a sustentabilidade e a Educação Ambiental da BUNGE, no Brasil, a partir de documentos, relatórios, dados e informações do site da empresa e de sua fundação. Por fim, nas considerações finais resgatamos estas partes para relacionar aos objetivos desta dissertação, do processo de sua construção, concluindo que a educação ambiental da empresa busca justificar suas ações como amiga do meio ambiente e

de uma empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável, mas, também, que tanto a EA quanto a sustentabilidade estão relacionadas com a construção de sua imagem junto a sociedade, e, por fim poderíamos dizer também, no relacionado a sustentabilidade, o foco e a manutenção, o “bom” funcionamento da empresa está relacionada a sua imagem, a seu negócio, e neste sentido oculta ou não aos impactos negativos, contaminações e/ou injustiças ambientais causadas pelo agronegócio no qual a empresa é parte.

CAPITULO I

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: Reflexões sobre a injustiça do Agronegócio no Extremo Sul do Brasil³

1.1 INTRODUÇÃO

O tema da sustentabilidade e sua relação com a Educação Ambiental, desenvolvidas pelas empresas públicas e privadas no Brasil, no sentido de identifica-las como “verdes”, isto é, amigas do meio ambiente e das gerações futuras é recorrente. Ou seja, para a empresa se inserir positivamente junto à sociedade (aos consumidores ou seu público alvo), é fundamental. São contratadas consultorias, expertos em *marketing*, para desenvolverem ações, onde a tal “propaganda verde” virou, também, mercadoria.

Pesquisas do Observatório dos Conflitos Urbanos e Ambientais do Extremo Sul, estudando a educação ambiental no Porto do Rio Grande (SANTOS, 2016), da REDUC/Petrobrás no Baixada Fluminense (COSTA, 2016), do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT e empresas de consultoria (OLIVEIRA, 2016), de empresas do agronegócio (atores), e de áreas de preservação como a Reserva Ecológica do Taim (PUCINELLI, 2016), da empresa de mineração e do governo colombiano sobre áreas indígenas (CASTRO, 2016), por exemplo, mostraram suas estratégias de *marketing* ao mesmo tempo em que produziram injustiça ambiental e social. Assim, podemos associá-las à produção de uma “estética ambiental” de caráter mercadológico, em seu conteúdo de estratégias e finalidade. Tema que Wagner Passos (2016), vem pesquisando. Este trabalho estuda a relação dos temas de educação ambiental e sustentabilidade, usados por uma empresa Multinacional do Agronegócio, ao mesmo tempo, em que produz e reproduz seu negócio e o sistema ao qual faz parte.

³ Uma versão deste capítulo faz parte de um artigo intitulado EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: Reflexões sobre a injustiça do Agronegócio no Extremo sul do Brasil, produzido por Joao Paulo Laranjo Velho e Carlos Roberto da Silva Machado, encaminhado para publicação em fevereiro de 2018 no prelo.

Portanto, uma empresa, no caso, do agronegócio, ao associar-se a sustentabilidade do Planeta Terra, das gerações futuras, ao verde e ao ambiente de qualidade através de seus discursos e múltiplas atividades de educação ambiental, estaria se colocando como fazendo parte deste ideal. Assim, tal discurso seria de interesse de todos e todas em nossas sociedades, o consumidor ao comprar o produto da empresa X “saberá” que ela busca preservar o meio ambiente, e assim o Planeta, e por isso deve ser preservada, sustentada, manter-se existindo, assim, como o capitalismo “realmente existente”.

Na primeira parte iremos apresentar, o contexto do Extremo Sul, especificamente na cidade do Rio Grande, RS de onde partimos para as reflexões na educação ambiental e na qual se localiza a empresa do Agronegócio em estudo, seguido da apresentação dos temas de fundo da reflexão como o que entendemos como (in)justiça ambiental, educação ambiental e sustentabilidade.

1.2 A EDUCACAO AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL: Contexto de injustiça social e ambiental do e pelo agronegócio

Na pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/PPGEA), existente há mais de 20 anos, poucas investigações estudaram criticamente a educação ou a educação ambiental nas empresas⁴. As pesquisas, da linha de Fundamentos da Educação Ambiental na pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande “aborda os fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, éticos e epistemológicos da Educação Ambiental”, e de que “são importantes na definição e compreensão das relações entre a natureza e a sociedade” tendo como utopia, produzir “críticas sobre a temática em face da crise sócio-ecológico-ambiental”⁵ à qual esta pesquisa e reflexão se apoia.

Estudos realizados por Caio Floriano dos Santos (2016), em sua tese, constatou/identificou como o Porto do Rio Grande se utiliza tanto do discurso ambiental como da sustentabilidade, na afirmação positiva de suas ações associada à produção da injustiça ambiental (contaminação, remoções, impacto ambiental, benefício de poucos com seus lucros e atividades), além de financiar a educação ambiental como compensação de suas ações e atividades na cidade, Eugenia Dias (2014), problematizou o processo de licenciamento na

⁴Num levantamento preliminar, por exemplo, identificamos 5 (cinco) artigos na revista do Mestrado em Educação Ambiental e 7 (sete) na revista Ambiente e Educação do programa de pós-graduação em educação ambiental (10 de dezembro de 2017), referente ao tema que versa esta pesquisa.

⁵<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/pesquisa/linhas-de-pesquisan.html>, acesso em 03 de outubro de 2017.

duplicação da BR 392 (Pelotas x Rio Grande), em sua tese e de como a Educação Ambiental está subordinada à empresa geradora do impacto que por sua vez contratou uma empresa de consultoria para a realização das atividades de educação ambiental sem qualquer relação aos problemas causados e, portanto, mais de *marketing* da empresa junto às escolas e as comunidades. Cleiton de Oliveira (2016), em sua dissertação de mestrado em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande/FURG, estudou a mesma escola impactada desde a visão dos alunos/as e da comunidade escolar, oriundos da zona rural da cidade do Rio Grande, RS, evidenciando as contradições dos discursos e atividades de Educação Ambiental expressa nestas atividades e nos discursos e publicações da empresa com as consequências de suas ações como a destruição da própria escola, do atropelamento de humanos e animais. Outras pesquisas relacionadas ao Observatório dos Conflitos também discutiram as contradições do discurso ambiental com as ações de injustiça ambiental por parte de outras empresas (COSTA, 2017; CASTRO, 2017; MACHADO, 2017; PUCCINELLI, 2016). Portanto, diríamos que nossas pesquisas corroboram a existência de que a EA vem sendo utilizada por empresas e governos para perpetuar a situação de desigualdade e injustiça ambiental.

Sendo assim, não podemos desconsiderar o lugar e o papel do agronegócio (da exploração e exportação de *commodities*, como argumenta Maristela Svampa, (2012; 2016), na sustentação do sistema capitalista ao qual está articulado, da produção e reprodução das relações sociais (LEFEBVRE, 1973), de injustiça ambiental e social, tudo como causas de fundo da própria crise-ecológica-ambiental. Isso já seria um dos argumentos da pertinência deste estudo, mas também, de ser um estudo de uma empresa Internacional do Agronegócio, instalada não somente no sul do país, mas em todo o Brasil e outros países da América Latina, uma holandesa, portanto, de um país de um centro do poder mundial – a Europa – tendo uma abrangência territorial, de atividades produtivas (fertilizantes, alimentos, vendas, etc.), e ocupação de espaço relevante no cenário brasileiro⁶ como produtora de *commodities* (SVAMPA, 2012; 2016). Sendo assim, na parte seguinte apresentaremos o contexto que afirmamos, em decorrência de nossas pesquisas no Observatório dos Conflitos, de ser de injustiça ambiental no extremo sul do Brasil, os conceitos que fundamentam numa reflexão

⁶ A revista Exame (Melhores e Maiores, as 1000 maiores empresas do Brasil), agosto 2017 colocou a BUNGE, em “10º lugar de vendas” (p.164) no Brasil e 9º entre as privadas, em receitas (10º) (p.186), em 9º lugar em capital circulante; em 501º em venda de fertilizantes (p.192), como indústria por vendas ficou colocada em 5º lugar mas como exportadora ficou em 4º lugar entre as 50 maiores. A BUNGE alimentos passou de 14º para o 13º lugar em receita líquida entre 2015 para 2016, e por fim entre as estrangeiras holandesas está em primeiro lugar em tamanho. Já a Revista Isto É, set.2017 (1000 maiores empresas do Brasil), coloca a BUNGE Alimentos em 19º de seu ranking (receita, crescendo 1% de 2015 para 2016).

sobre a EA e a sustentabilidade.

1.3 O contexto da injustiça ambiental

O extremo sul do Brasil compreende também a região do Rio Grande, na qual está localizada a Universidade Federal do Rio Grande e o Observatório dos Conflitos e mais dez (10) municípios como São Jose do Norte, Santa Vitoria do Palmar e Chuy, Pelotas e região, etc., nos quais estudamos e mapeamentos conflitos e problemas ambientais para estudarmos suas relações com a educação ambiental. Desde 2015, ampliamos a região dos estudos com pesquisadores uruguaios da Universidad de La República Oriental del Uruguay para a região de Rocha sobre os problemas e conflitos ambientais.

Sendo assim, em decorrência de pesquisas realizadas por pesquisadores do Observatório dos Conflitos no extremo sul do Brasil (SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2016; PUCCINELLI, 2016; DIAS, 2014; MACHADO, 2017, livros do Observatório, 2013, 2015, 2018), afirmamos ser tal espaço territorial conflituoso e configurado como sendo de injustiça e de desigualdade social e ambiental desde há muito tempo (RODRIGUES, 2016). Partindo de tal pressuposto, sintetizado da seguinte maneira:

a) a apropriação e uso da riqueza decorrente da transformação, exploração e destruição da natureza pelo trabalho humano ou pelas máquinas não são distribuídos de forma equânime e os impactos negativos destas atividades recaem sobre os mais pobres, com menos informação e organização, quando não mortos, reprimidos e expulsos de suas terras, águas e locais de viver em nome do “lucro”; b) de que a terra em sentido material e o território – como significado e uso – no Brasil, e em nossa região foi apropriada e é usada desde há muito tempo por poucos, e com o mesmo objetivo: produzir para exportar. [...]; c) Por fim, de que tanto a exploração dos trabalhadores, como da natureza, não seria exitosa sem o apoio do Estado em seu sentido mais geral, de institucionalidade e legalidade capitalista – à manter a ordem e o sistema injusto existente. [...]. (MACHADO, et all, 2017)⁷.

Partindo desse pressuposto, já fundamentado por nossos colegas investigadores do Observatório, para afirmar que na região ocorre uma apropriação desigual da renda/riqueza, que não está distribuída de forma justa entre aqueles que a produziram, geraram ou extraíram da natureza – os trabalhadores –, como vemos na tabela abaixo⁸.

⁷ Esta síntese é parte de trabalho apresentado no Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia, Montevideu/Uruguai, 1 a 8 dezembro 2017, o qual apresenta as conclusões de uma pesquisa desenvolvida no período de 2014-2017 com financiamento do CNPq.

⁸ Para esta parte de nosso artigo nos utilizamos de partes das reflexões da pesquisa realizada no Projeto de MACHADO, Carlos RS. Projeto de Pesquisa Produtividade apresentado ao CNPq, 2017, intitulado: **Natureza da/na Cidade, Conflitos e Educação: contribuições e contradições ao direito à cidade nas pesquisas no**

Tabela 1: Porcentagem da renda apropriada por faixas da população – Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (1991, 2000 e 2010)

| Referência/Ano | % da renda apropriada pelos 20% mais pobres | | | % da renda apropriada pelos 40% mais pobres | | | % da renda apropriada pelos 60% mais pobres | | | % da renda apropriada pelos 80% mais pobres | | | % da renda apropriada pelos 10% mais ricos | | | % da renda apropriada pelos 20% mais ricos | | |
|-------------------|---|------|------|---|------|-------|---|-------|-------|---|-------|-------|--|-------|-------|--|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Brasil | 1,92 | 1,84 | 2,41 | 6,72 | 6,85 | 8,59 | 15,7 | 15,9 | 19,23 | 32,79 | 32,44 | 36,6 | 51,14 | 51,94 | 48,93 | 67,21 | 67,56 | 63,4 |
| Rio Grande do Sul | 2,63 | 2,78 | 3,57 | 8,65 | 9,19 | 11,22 | 18,95 | 19,6 | 22,96 | 37,16 | 37,47 | 41,28 | 46,5 | 46,63 | 43,9 | 62,84 | 62,53 | 58,72 |
| Rio Grande | 3,35 | 2,98 | 3,75 | 10,66 | 9,79 | 11,56 | 22,3 | 21,03 | 23,83 | 41,63 | 39,7 | 43,32 | 41,83 | 44,11 | 40,66 | 58,37 | 60,3 | 56,68 |

FONTE: CHAGAS, Priscilla Borgonhoni, 2014.

Pela tabela 1, percebe-se que os 10% mais ricos apropriaram-se da maior parte da renda no país (de 40% a 52%), com poucas variações no estado do Rio Grande do Sul, RS ou na cidade do Rio Grande, no período de 1991 a 2010, por exemplo. No outro extremo, os 80% da população mais pobre apropriaram-se de aproximadamente 32% a 37% apenas da riqueza produzida no Brasil, no período de 20 anos no Brasil, enquanto que no RS, ficou entre 37% a 42% este índice de apropriação de renda.

Se considerarmos a propriedade das *terras* – desde os tempos da Colônia, é possível perceber que ainda ocorre desigualmente distribuída e que, de forma excludente, um pequeno grupo se apropriou delas.

Na tabela 2, disponível na próxima página, tentamos exemplificar tal estrutura de concentração fundiária no Brasil, o qual está intimamente relacionada à produção de *commodities* por empresas do agronegócio Brasileiras e multinacionais.

Tabela 2: Estrutura Fundiária do Brasil em 2012

| Estrato | Imóveis | | Área | |
|---------------------|-----------|--------|----------------|------|
| | Área (ha) | Número | Número | % |
| Menos de 10 | 1.874.969 | 34,1 | 8.834.571,15 | 1,5 |
| 10 a 100 | 2.863.773 | 52,1 | 95.186.129,26 | 15,7 |
| 100 a 1000 | 678.462 | 12,3 | 181.757.801,33 | 30,0 |
| 1000 a 10000 | 79.228 | 1,4 | 194.821.102,90 | 32,2 |

Extremo Sul do Brasil (FURG, Rio Grande), e em análise pelo CNPq. Rio Grande/FURG/PPGEA/CNPq, 2017; de artigo a ser publicado no volume 3, em livro do Observatório dos Conflitos do extremo sul do Brasil em 2017, intitulado: **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Reflexões desde o Observatório do Extremo sul do Brasil e este do Uruguai**, no prelo.

| Estrato | Imóveis | | Área | |
|-----------------------|----------------|----------|------------------|---------------|
| Área (ha) | Número | % | Área (ha) | Número |
| 10000 a 100000 | 1.878 | 0,0 | 43.467.154,54 | 7,2 |
| Mais de 100000 | 225 | 0,0 | 81.320.986,88 | 13,4 |
| TOTAL | 5.498.535 | | 605.387.746,06 | |

FONTE: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Nessa tabela, pode-se ver que, quanto maior o tamanho da propriedade, menor é a quantidade de proprietários, o que evidencia a concentração de propriedades em mãos de poucos. Assim, cerca de dois mil cento e três (2103), proprietários rurais, o que corresponde a menos de 1% de propriedades rurais se apropriaram de 20,6% do território brasileiro, enquanto que 86% de pequenos proprietários do país, ou seja, a maior parte (mais de 86% das unidades rurais), que tem até cem (100) hectares, os quais são os principais responsáveis pela produção alimentar da população brasileira, correspondendo a menos de 17% da área do país, com cerca de 4,7 milhões de proprietários.

Tal “cenário de fundo” configurado histórica e socialmente, se articula à nossa reflexão acerca dos conflitos e dos problemas urbanos e ambientais aos quais são nossos temas geradores aos estudos e reflexões críticas, se associarmos estes à injustiça ambiental e social. Diante disso, os conflitos e problemas são/foram indicadores (ACSELRAD, 2004), ou tema geradores (EMILIANO, 2017), na pesquisa mostramos como empresas e governos justificam suas ações e políticas de negócios através da educação ambiental. Então, disso produzimos a crítica dos discursos hegemônicos de união de todos em defesa da natureza ou do meio ambiente, como se a mesma estivesse separada dos humanos⁹ por parte de governos e empresas e dos impactos negativos e da apropriação desigual da riqueza da exploração à natureza beneficiasse a todos e todas de forma igualitária.

Assim, é neste contexto e reflexão que inserimos os dados dos conflitos do quadro 1, abaixo. Podemos perceber que, ao longo dos últimos quatro anos (2011-2014), inúmeros conflitos ocorreram nas cidades do extremo sul do Brasil, período em que a região esteve contaminada pelo discurso generalizado das benesses do polo naval desenvolvido na cidade (produção de plataformas para exploração de petróleo em alto mar), mas também, da ampliação da BR 392 para escoar produtos do agronegócio e também do próprio calado do

⁹Vinicius Puccinelli e Carlos RS Machado (2015), evidenciam que o uso de termos como sistema, ecossistema, natureza, etc. em artigos de EA justifica que uns (os que sabem como funciona a natureza), digam, ensinem, se autorizem a falar em nome da natureza/meio ambiente.

canal portuário para a ampliação cada vez maior da quantidade de *commodities* por aí exportadas ao mercado internacional.

Tabela 3: Conflitos do Extremo Sul do Brasil

| Tabela: Conflitos mapeados pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|------------|---------|-----|-----|-----|---------|-----------|-----------------|---------------|---------|-------|
| Categoria | Publicizações e Conflitos/ Município | Rio Grande | Pelotas | SJN | SLS | SVP | Canguçu | Mostardas | Arroio do Padre | Capão do Leão | Tavares | Total |
| Luta dos Trabalhadores | Publicização | 212 | 70 | - | 7 | 3 | - | - | - | - | - | 292 |
| | Conflito | 60 | 32 | - | 1 | 2 | - | - | - | - | - | 95 |
| Saúde | Publicização | 12 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 13 |
| | Conflito | 6 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 7 |
| Meio Ambiente | Publicização | 17 | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 19 |
| | Conflito | 8 | 1 | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - | 11 |
| Pesca | Publicização | 38 | 2 | 9 | - | 1 | - | 1 | - | - | - | 51 |
| | Conflito | 11 | 2 | 4 | - | 1 | - | - | - | - | - | 18 |
| Educação | Publicização | 11 | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | 19 |
| | Conflito | 6 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 |
| Problemas Urbanos | Publicização | 54 | 9 | 4 | - | - | - | - | - | 1 | - | 68 |
| | Conflito | 23 | 9 | 3 | - | - | - | - | - | 1 | - | 36 |
| Moradia | Publicização | 61 | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | 69 |
| | Conflito | 28 | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | 32 |
| Travessia RG X SJN | Publicização | 30 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 31 |
| | Conflito | 3 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Gestão | Publicização | 10 | 2 | 2 | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 16 |
| | Conflito | 7 | 2 | 1 | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 12 |
| Agricultura | Publicização | 1 | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 3 |
| | Conflito | 1 | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 3 |
| Mobilidade Urbana | Publicização | 44 | 10 | - | - | - | 2 | - | 2 | - | - | 58 |
| | Conflito | 10 | 6 | - | - | - | 2 | - | 1 | - | - | 19 |
| Porto | Publicização | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 |
| | Conflito | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Trabalho Escravo | Publicização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 3 |
| | Conflito | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 2 |
| Mortandade de Animais | Publicização | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| | Conflito | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |

Fonte: Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Organizado por Cíntia Lemos. Set. 2015, MPU.

Portanto, os conflitos seriam a face visível da existência da desigualdade social e ambiental configurada na região onde os dados da desigualdade da renda e da apropriação das terras¹⁰ e das políticas justificadoras de governos locais, regional e nacional se associam, visto afinidades ideológicas ou de provisão de recursos para sustentar suas políticas e pagamento de juros de outros (e talvez, dos próprios), capitalistas que vivem do rentismo¹¹.

Diante destas informações, dos dados e das reflexões realizadas afirmamos que a

¹⁰E poderíamos dizer também suas empresas, como o Porto estudado por Santos (2016), o DNIT por Dias (2015), ou ainda a Petrobrás (PASSOS, 2017) que ao administrarem as mesmas como se fossem privadas (busca de lucro, redução de custos, a competição, etc.) não são diferentes daquelas que se afirmam empresas que buscam lucro como fim!

¹¹ Diz Belluzzo que “a economia brasileira exibiu, ao longo de 16 anos (1998 a 2013), superávits primários, o que não impediu o salto da dívida bruta do setor público, do patamar de 40% em 1998 para quase 58% do PIB em 2013, acompanhado da elevação de 6% na carga fiscal, também medida em relação ao PIB” (Carta Capital, 26.03.2017, in: <https://www.cartacapital.com.br/revista/944/governanca-rentista>); ver ainda: Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galipolo, Manda Quem Pode, Obedece Quem Tem Prejuízo. São Paulo: FACAMP/Contracorrente, 2017.

cidade do Rio Grande e a região são uma “zona de sacrifício”, mas também devido à contaminação, poluição e envenenamento generalizado pelo agronegócio e outras atividades produtivas (WASHINGTON FERREIRA, 2015), em toda a região do extremo sul do Brasil. Sendo uma região configurada historicamente de injustiça ambiental!¹²

1.4 Justiça/Injustiça Ambiental

O conceito de justiça ambiental surgiu nos Estados Unidos em 1987, a partir das lutas sociais, expresso num relatório científico divulgado pelo Comitê para a Justiça Racial da Igreja Cristã denunciando as ligações entre a degradação ambiental e a discriminação racial naquele país. O estudo utilizava dados estatísticos para demonstrar que a localização de lixeiras com resíduos tóxicos coincidia com a das comunidades de negros, hispânicos e asiáticos. Tratando-se, assim, de um marco histórico, fortemente ligado com o surgimento de movimentos de justiça ambiental nos Estados Unidos da América (EUA), que relacionaram a luta antirracista com a defesa do meio ambiente¹³.

O termo justiça ambiental é expresso na literatura por Bulard (1990); Acselrad (2004) e Herculano (2006), sobre o viés de que nenhum grupo social suportaria desproporcionalmente os impactos sofridos por atividades industriais e econômicas, em consequência da vulnerabilidade social a que está exposto. Henri Acselrad comenta que “Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de "conflitos ambientais" (ACSELRAD,201)¹⁴. A luta por justiça ambiental depende de movimentos sociais, que visam um alcance maior de sua luta, já que o direito a uma vida digna e um ambiente saudável deve ser o objetivo e, sendo caracterizada como:

A condição de existencial social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas. Independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito a elaboração, desenvolvimento,

¹²Eron Da Silva Rodrigues (2017) em sua dissertação **O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande** mostrou que a desigualdade de renda e na apropriação das terras é secular na região, além de se articular com o discurso justificador de ser uma cidade portuguesa, na qual negros, índios e pobres são considerados inferiores ou ausentes pela ênfase aos portugueses apresentados não como conquistadores e usurpadores de terras, pessoas e riquezas, mas ao contrário, como desbravadores, heróis e grandes personagens que viveram nos civilizar!

¹³http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6285, acessado 02/08/17

¹⁴ Sobre os conflitos ambientais, Acselrad, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010, acesso 06/07/17

implementação e aplicação de políticas, leis e regulamentações ambientais por tratamento justo entenda-se grupos étnicos, raciais ou de classe deve suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais da execução da política e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências, resultantes da ausência ou omissão dessas políticas. (ACSELRAD; MELLO & BEZERRA, 2009, p. 16).

A Injustiça Ambiental seria definida, portanto, como as situações onde a carga dos danos ambientais do desenvolvimento se concentra de modo predominante, em locais onde vivem populações pobres. A injustiça ambiental resultante da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento (ACSELRAD; MELLO & BEZERRA, 2009). No enfrentamento da injustiça,

“[...] não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura”. (HERCULANO, 2008, p.13).

Assim, o objetivo não é de deslocar as ações negativas para áreas, mais sim de socializar as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura (HERCULANO, 2006)¹⁵.

A injustiça ambiental vai contra mão da *justiça ambiental*, concebida em uma perspectiva teórico-discursiva que compreende um “[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo” (ACSERALD, 2004, p. 10). Assim, o movimento por justiça ambiental é para Henri Acselrad (2010, p. 103), [...] um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social.

Portanto, diante da realidade de injustiça ambiental caracterizada no item anterior desse subcapítulo, e ampliada conceitualmente, é que os pesquisadores do Observatório vêm realizando suas pesquisas em Educação Ambiental. Nestas, buscaram, por exemplo,

¹⁵ Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008
www.interfacehs.sp.senac.br

identificar a partir da perspectiva dos impactados negativos, pelos empreendimentos ou pelas políticas públicas uma educação ambiental que pudesse ajudá-los em suas lutas contra a injustiça que para eles é perpetrada. Neste processo, se avançou para a reflexão de uma educação para a justiça ambiental.

1.5 De que Educação Ambiental estamos falando?

Analisando o debate sobre Educação Ambiental por diversos autores, o diálogo está em evidência sempre que se fala em Educação crítica, segundo Marcos Reigota (2002), o mesmo seria importante para refletir sobre os problemas ambientais. Por meio do diálogo e da reflexão, a Educação Ambiental – EA pode expressar as questões sociais e políticas para que haja uma transformação social (SATO, 1992). A EA crítica conforme aborda Isabel Carvalho (2004), possibilita uma oportunidade para refletir sobre a tomada de responsabilidade com o meio ambiente, consigo próprio e com os outros aspectos educacionais, éticos e políticos. Segundo Carvalho (2004), no pensamento crítico da EA, ao relacionar o posicionar ético e político seria fundamental para a transformação da sociedade. Em Carlos Loureiro (2002), também vê na EA crítica à possibilidade de transformação da realidade por meio de uma “práxis” educativa e social e da busca de uma educação emancipatória para mudar a realidade ambiental (LOUREIRO, 2007). Já Caio Santos, Leonardo Gonçalves e Carlos Machado (2015), apontam indicações de uma educação para a justiça ambiental que ampliada em reflexões posteriores (MACHADO, et all, 2017). Mas, conforme argumentam Carlos Machado e Tainara Fernandes Machado, pautados em Paulo Freire (1989), em tal educação o diálogo não pode estar separado do conflito, já que a realidade do diálogo é desigual e conflituosa (MACHADO e MACHADO, 2017).

Quando falamos em EA conservadora, por outro lado, estamos questionando em primeiro lugar, a visão mecanicista das ciências a qual não permite a percepção das redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade (GUIMARÃES, 2007). E, disso tal Educação Ambiental poder ser associada ao discurso civilizatório e da *colonialidad* do poder (de um padrão de produção do ser, do poder e saber, Edgard Lander, (1991); Quijano, (2014) que tem na sustentabilidade, a educação, na produção acadêmica e na mídia capitalista espaços educativos da proliferação de sua imposição simbólica.

Neste sentido, Gustavo Lima (2002), afirma ser a EA conservadora reducionista das questões ambientais, pois além de separar as dimensões sociais da problemática ambiental e de usar o diálogo para favorecer o interesse das classes dominantes [das empresas e governos

vinculados ao sistema vigente], uma vez que, conforme Mauro Guimarães (2007), não mostra a origem dos problemas socioambientais, e diríamos mais, ao não associá-los como as empresas e negócios causadores da injustiça ambiental. E conforme Loureiro (2002), a EA tradicional retira a crítica política dos problemas que vivenciamos para perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente. Da mesma forma, Layrargues e Lima (2002), descrevem como tal que a EA legitima práticas educativas que reduzem os indivíduos como os causadores e vítimas da crise ambiental, desconsiderando as questões sociais. Disso, as relações entre os discursos de sustentabilidade, as ações políticas, da educação ambiental, do contexto de injustiça social e ambiental e o lugar/ponto de partida do emissor da mensagem é/seria importante de se considerar numa reflexão crítica¹⁶.

A tabela 4, abaixo, descreve o discurso sobre EA crítica e EA conservadora, sobre o ponto de vista de alguns autores.

Tabela 4: Comparação da EA crítica e EA transformadora

| EA CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA | EA TRADICIONAL, CONSERVADORA |
|--|--|
| A EA crítica permite o diálogo, a reflexão sobre as problemáticas ambientais. Enfatiza a necessidade de se dialogar, possibilitando abordagens mais emancipatórias no contexto escolar. (REIGOTA, 2002, p.37). | A EA conservadora se baseia em uma visão mecanicista da ciência cartesiana, que simplifica e reduz os fenômenos complexos da realidade. Ela não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estrutura, as relações de dominação presentes na sociedade atual. (GUIMARÃES, 2007, p. 34). |
| A EA libertadora expressa à compreensão social e política através das ações e da consciência crítica e ideológica, permitindo uma transformação social. Sato (1992) apud Sato (1997, p.91). | A EA conservadora possui visão reducionista da questão ambiental, Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental, Abordagem despolitizada da temática ambiental e Separação entre as dimensões sociais e naturais da problemática ambiental (LIMA, 2002, p. 127). |
| Uma EA crítica, na qual a prática educativa é a formação do sujeito enquanto ser individual e social. A EA não se reduz a uma prática centrada apenas no indivíduo, e [...] na coletividade. A “tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana” (CARVALHO 2004, p. 20). | “Uma das principais críticas que são feitas à educação tradicional é que ela se baseia em uma visão mecanicista da ciência cartesiana, que simplifica e reduz os fenômenos complexos da realidade. Essa educação tradicional não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estrutura, as relações de dominação presentes na sociedade atual”. (GUIMARÃES, 2004, p.34). |

¹⁶Em tempos em que os problemas e os conflitos estão submersos, invisíveis, não explícitos pois quando este ocorrem e veem à tona surge o que afirmaram Machado e Moraes (2016) “uma ruptura da hegemonia”, e que Wagner Passos (2016) está a estudar como Petrobrás e Vale do Rio Doce tinham um discurso (uma página na internet) às quais mudaram depois de eventos problemáticos e conflitos de seus NÃO cuidado com o meio ambiente de fato.

| EA CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA | EA TRADICIONAL, CONSERVADORA |
|--|--|
| Diante de um pensamento crítico da educação ambiental, e, portanto, a definição de um posicionamento ético-político, “situando o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade”. (CARVALHO, 2004, p. 18). | A E.A conservadora oferece o risco de direcionar a questão ambiental para apenas uma dimensão, pois não leva em consideração a interação entre a natureza e a cultura humana, nem os conflitos/problemas existentes (CARVALHO, 2004, p. 11). |
| Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos. A aceitação de que a sociedade além de plural é permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas está implícita em processos efetivamente democráticos, nos quais se incluem as oposições, tensões e contradições entre direitos e deveres, indivíduo e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade, mercado e estatal (LOUREIRO, 2003, p. 53). | A EA tradicional exclui a ausência crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilitam que a educação ambiental seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos gestionários e comportamentais (LOUREIRO, 2002, p. 13). |
| EA pode contribuir para a transformação da realidade e, assim, ser entendida como um processo educativo de dimensão política que pode ser traduzido numa “práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente” (LOUREIRO, 2002, p. 69). | A EA conservadora legitima o predomínio de práticas educativas em ações individuais e comportamentais de forma a manter a histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo os humanos à condição de causadores e vítimas da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social. (LAYRARGUES E LIMA, 2011, p. 7). |
| A EA de conteúdo emancipatório e transformador é aquela em que a dialética, forma e conteúdo, realiza-se de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas. Em que a dimensão política da educação seja “a arte do compromisso e da intransigência” (MORIN, 2002, p. 43). | |

FONTE: Elaborado pelo pesquisador João Paulo Velho.

Podemos evidenciar no discurso dos autores sobre EA crítica, que através dela, se propõe, à emancipação do sujeito, para diminuir a desigualdade social. Em quanto que a EA conservadora tende a manter o indivíduo instituído, a ponto de reproduzir ações que favoreçam as classes dominantes, sem que questione o modo de produção capitalista, a desigualdade social e os conflitos.

A EA para contribuir com a justiça ambiental, precisa deixar o abstrato (os concebidos, os saberes, os conhecimentos), e relacionar-se com o real (o qual é expressão, diante da interpretação e resultante, enquanto prática das relações sociais, dos humanos entre si e deste com a natureza física e com a produzida), das relações entre o homem e a natureza. Então

podemos dizer que no extremo sul do Brasil, o real relacional é permeado e decorrente de problemas e conflitos diretamente relacionados à existência e a necessidade de superação das desigualdades e das injustiças ambientais (MACHADO, 2013; MACHADO et al. 2013; SANTOS et al., 2013a; GERHARDT, 2014; SANTOS et al., 2015). E é a partir disso, que buscamos pensar a educação ambiental (SANTOS 2013b).

Diante disso, pensar e se inserir na perspectiva de uma educação ambiental para a justiça ou uma educação para a justiça ambiental partiria de problemas concretos e/ou conflitos para, a partir disso, junto com e, se possível, produzida com os grupos e setores impactados negativamente, sejam pelas políticas sejam pelos empreendimentos e nunca seria possível pensá-la ou desenvolvê-la a partir das empresas ou governos identificados como responsáveis pela injustiça insustentável existente.

1.6 Sustentabilidade do quê, para quem e por que, afinal?

A expressão sustentabilidade em sua relação com o desenvolvimento emergiu em decorrência dos problemas globais no pós II Guerra Mundial com a ampliação do movimento ambientalista. Diante disso, surge então o Clube de Roma em 1968, quando grupos empresariais e *Think Tanks*¹⁷ capitalistas questionavam o comportamento produtivo e de consumo predominante do modelo de desenvolvimento que estava colocando em risco as bases da acumulação do próprio sistema capitalista na época. Disso, emergiu na sequência a ideia de desenvolvimento sustentável e sua palavra de ordem: “gerações futuras”. A contaminação com a revolução verde, a poluição, a externalização sem fim dos impactos das atividades de produção, a contaminação do ar que todos dependem, etc., estariam colocando em risco a própria acumulação capitalista, que vão denominar “nosso futuro comum”. Disso surge, portanto a ideia de desenvolvimento sustentável que se generalizará a partir da Rio – 92, no Brasil e no mundo.

No entanto, para Guilherme Foladori (2006), na atualidade as soluções para tal

¹⁷ No sítio da internet temos algumas indicações gerais do que é um *ThinkTank* (ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Think_tank), e língua espanhola na qual identifica inúmeros deles nos países da América Latina e Espanha); já no caso brasileiro, destacaria o ThinkTank ligado ao agronegócio deste país e localizado na Fundação Getúlio Vargas e presidido por um ex-ministro da Agricultura: <http://gvagro.fgv.br/objetivo>, o Centro de Estudos do Agronegócio que tem como objetivo: “O principal objetivo do GV Agro é o de buscar a excelência no entendimento das principais questões ligadas ao agronegócio brasileiro, produzindo, como consequência, conhecimento relevante à sociedade brasileira e apoio às ações dos atores públicos, privados e do terceiro setor. Por sua estrutura e propósito, o GV Agro posiciona-se como um *'thinktank'* voltado ao agronegócio brasileiro e seu desenvolvimento. Como tal pretende participar da discussão da agenda de políticas públicas e privadas pertinentes ao setor”, acessado em 10 de Dez. 2017.

(in)sustentabilidade na perspectiva dominante seria a busca de uma técnica adequada, a redução dos pobres que aumentariam mais do que os recursos (neo-maltusianismo), da conscientização e mudanças de comportamento focado no indivíduo separado da sociedade mais ampla e dos empreendimentos causadores da insustentabilidade. No discurso sobre sustentabilidade do Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM – 1987, p. 4), por exemplo, traz a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo, e de que, o desenvolvimento sustentável deve garantir as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras. Portanto, manter sustentável o capitalismo sem comprometer as bases de sua perpetuação sem fim!

Neste período, desde as discussões e a emergência das preocupações dos capitalistas com a (in)sustentabilidade que esse sistema vivia nos anos 1970, da generalização do termo desenvolvimento sustentável nos anos 1990, do esverdeamento de políticas públicas, produtos e atividades produtivas, o crescimento econômico não foi sinônimo de igualdade social, ambiental ou de melhoria de qualidade de vida para amplas parcelas das populações mundial. Segundo o autor, a melhoria na sustentabilidade ecológica não reduziu a insustentabilidade social, pelo contrário até aumentou a desigualdade social (FOLADORI, 2006, p. 14)¹⁸.

Além disso, tal perspectiva de sustentabilidade não considera a diversidade social e as contradições de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território (ACSELRAD, 2004), ou seja, o campo técnico se apresenta descolado das lutas sociais, tão importante para entender as relações sociais, pois é nesse espaço que se encontram as diversas formas de apropriação e uso de recursos ambientais. Se por um lado, conforme Foladori (2006), o desenvolvimento sustentável se expandiu, gerando melhoria nos indicadores ambientais em países desenvolvidos, avançando na sustentabilidade ecológica, por outro, houve retrocesso na sustentabilidade social, degradação e exploração nos países que produzem *commodities*¹⁹. O autor reforça ainda que as discussões sobre relações capitalistas e políticas

¹⁸ “Infelizmente muitos dos movimentos ambientalistas creem que trocas a favor da sustentabilidade ecológica se transformam automaticamente em melhoras na sustentabilidade social. No entanto conforme aumenta a riqueza, aumenta a pobreza e a desigualdade no mundo”. (FOLADORI, 2006, p.14) Portularia vol. VI, nº 2-2006. A tabela 1 que apresentamos acima corrobora esta afirmação para o extremo sul do Brasil e do próprio país no relacionado a expansão sem fim do agronegócio.

¹⁹ Explicam Acselrad, Mello & Bezerra (2009, p. 07) que "Lawrence Summers, [...], apresentava três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente: 1) o meio ambiente seria uma preocupação 'estética' típica apenas dos bem de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. Segundo ele, alguns países da África ainda estariam subpoluídos. Nesse sentido, lamentou que algumas atividades poluidoras não fossem diretamente transportáveis, tais como produção de energia e infraestrutura em geral; 3) pela 'lógica' econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos". A mesma situação pode dizer em relação aos venenos utilizados no extremo sul, muitos dos quais proibidos em todo mundo, e aqui utilizados em quantidades astronômicas.

ambientais ficam reduzidas a uma visão técnica e limitada a sustentabilidade ecológica, por isso reivindica uma análise da problemática ambiental sobre a ótica de privilegiar a sustentabilidade social sobre a ecológica.

Henri Acselrad (2004), argumenta, ainda, que na discussão sobre sustentabilidade é preciso falar sobre ética, política, etc., pois nesta questão se deve incluir a redistribuição da apropriação da base material da sociedade, ou seja, as relações da sociedade com a natureza e suas consequências. E dependendo de que prática social prevaleça, serão divididas em Sustentável ou Insustentável, uma vez que a sustentabilidade precisa contemplar a diversidade social quando está em jogo a apropriação dos recursos do território.

Portanto, ao se discutir a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, o que se deve tratar são as formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente, (ACSELRAD, 2004), e disso, as diferentes formas e usos que grupos sociais distintos em relação a esta natureza e os frutos que dela decorrem. Para Acselrad et al.

A constatação da desigualdade ambiental, tanto em termos de proteção desigual como de acesso desigual, nos leva a reconhecer o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente. [...] a pobreza não é um estado, mas um efeito, fruto de um processo social determinado e com características próprias. Do mesmo modo, a desigualdade ambiental nada mais é do que a distribuição das partes de um meio ambiente injustamente dividido (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p.76).

Podemos afirmar a partir destes autores, que a desigualdade social é fruto da própria sociedade humana e das relações sociais e mercantis da acumulação de capital, do uso de recursos do ambiente e de que, decorrente disso, produzem discurso e desenvolvem a educação ambiental tradicional para propagandear que seus empreendimentos, mas que nós, a partir da educação para a justiça ambiental qualificamos de (in)sustentável.

Então, a sustentabilidade deve estar presente no debate e no campo das relações sociais, pois não tem sentido falar de natureza sem sociedade, uma vez que a sociedade está articulada com a natureza (ACSELRAD, 1999). Portanto, podemos dizer que, se para determinada atividade econômica ou empreendimento é sustentável, para outras não o são, seja para a natureza seja para a população impactada e em relação com àquela.

Sendo assim, nos apoiamos nestas bases para analisar a relação do discurso da sustentabilidade e da EA produzida por uma empresa POP do Agronegócio, do extremo sul do Brasil. Neste sentido, diríamos que o conteúdo destes discursos e as ações a elas relacionadas fazem parte do *marketing* da empresa. Talvez, como parte do que prega

referenciais deste campo do conhecimento, como “um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca de produtos e serviços de valor com outros” (KOTLER, 1998, p.27). No caso do agronegócio, dizem que “movimenta os outros setores da economia”, de “fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”, pois, “A comunicação do agronegócio precisa se modernizar e mostrar toda a face tecnológica que envolve essa atividade”, conforme o diretor de *marketing* da TV Globo, Roberto Schmidt, que também é um dos produtores da campanha do agronegócio²⁰. Portanto, é com tal discurso amplo, a partir do estudo de caso nessa pesquisa que estamos dialogando criticamente com o que diz a empresa.

1.7 Considerações finais

Argumentamos ao longo deste capítulo que, devemos considerar o cenário de injustiça ambiental para inserir as reflexões de educação ambiental que nos propusemos a realizar. Para tanto, como nosso objetivo de investigação nesta dissertação é a educação ambiental e a sustentabilidade presente nos discursos e ações do agronegócio, a partir de uma empresa internacional presente no Brasil e na Argentina, seria necessário definir o que entendemos por cada um destes conceitos, das relações entre si e com a realidade e os atores que as professam em seus discursos.

Disso, seguimos apresentando as características da Educação Ambiental tradicional/conservadora e da Educação crítica/transformadora, para fins de identificar, de fato, que educação ambiental desenvolve as empresas do agronegócio. Uma vez que a Educação Conservadora tende a manter a injustiça socioambiental, pois não questiona a forma de apropriação do território, enquanto que a Educação crítica busca transformar esta realidade através de ações, por meio da sociedade organizada e/ou da problematização destas condições, relações e injustiças. Isto por que, há evidências de injustiça ambiental no extremo sul do Brasil, que se materializa em parte pela ação do agronegócio o qual, em sentido contrário omite através de suas ações de educação ambiental e de sustentabilidade junto à sociedade, escolas e na mídia capitalista.

Se a expressão sustentabilidade em sua relação com o desenvolvimento emergiu em decorrência dos problemas global na pós II guerra mundial e ao mesmo tempo a ampliação do movimento ambientalista, diríamos que o termo surge em decorrência das contradições do

²⁰Ver Comunicação do agronegócio. Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>>, acesso em 02 de Julho de 2017.

próprio modelo de produção capitalista que desconsiderava a finitude do Planeta e de seus recursos (bens comuns). Por isso, o Club de Roma em 1972, questionou o comportamento produtivo e de consumo predominante do modelo de desenvolvimento que estava colocando em risco as bases da acumulação do próprio sistema. A privatização da água, a contaminação do ar que todos dependem e do risco ao próprio planeta terra fazem com que as elites mundiais pensem no “nosso futuro comum” em perigo. No entanto, para Foladori (2006), as soluções para tal in/sustentabilidade seriam de cunho técnico, a redução do consumismo ou dos pobres, que aumentariam mais do que os recursos (de um neo-maltusianismo), mas sim a desigualdade social e o sistema social e econômico injusto no qual vivemos (FOLADORI, 1992, p.29). E Acselrad que considera as bases materiais das relações desiguais na apropriação, uso e significação da exploração da natureza e de seus resultados.

Neste sentido, situando o ambiente conceitual e político onde a Educação Ambiental pode buscar sua fundamentação, enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade. (CARVALHO, 2004, p. 18). A concepção reducionista da Educação Ambiental limita-se às abordagens ligadas diretamente aos aspectos físicos, naturais ou construídos, buscando mudanças individuais de comportamentos e atitudes para que seja ecologicamente corretos, reduzindo desta forma, o papel da educação em ensinar a cuidar do ambiente.

No campo da educação ambiental, se criticamos os problemas e identificamos conflitos decorrentes seja da poluição, do envenenamento, etc., não podemos nos limitar a Educação Ambiental tradicional, focada nos indivíduos, seus comportamentos e atitudes. Este indivíduo se relaciona com outros e outras, com a natureza/meio ambiente num determinado contexto (social e natural), se posiciona ou não desde um ponto de vista ao qual é perpassado de disputas de significado decorrente da produção simbólica por parte de grupos econômicos e políticos poderosos vinculados ao sistema realmente existente.

No capítulo seguinte, descrevemos o surgimento das relações sociais da injustiça decorrente do latifúndio, agora chamado de agronegócio, bem como apresentaremos a empresa estudada nesta dissertação.

CAPITULO II

2. O HISTÓRICO DO LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Diante do discurso e ações de Educação Ambiental e Sustentabilidade por parte da empresa do setor do agronegócio estudada, a qual mascara a Injustiça Ambiental resultante de suas atividades, de forma direta ou indireta, uma vez que não descreve os impactos ambiental negativo despejado sobre os menos favorecidos da população, por viverem nas proximidades das empresa a qual gera poluição, por se tratar de uma área onde o valor da terra é mais baixo. A partir de então, neste capítulo, iremos descrever o histórico do latifúndio no Brasil e no extremo sul do Rio Grande do Sul, para demonstrar a histórica má distribuição de terras, que se perpetua até hoje. Em tal situação um pequeno grupo possuía propriedades em quanto outro grupo possuía pequenas propriedades, sendo estes últimos os grandes responsáveis pelo alimento na mesa dos brasileiros, já que atendiam o mercado, principalmente interno. Buscamos as informações sobre a produção agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul, no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Diante importância do agronegócio para a economia do Brasil e do Rio Grande do Sul, bem como pela sua influência econômica, buscou-se, também, analisar o agronegócio no Brasil e no extremo sul, através do site do portal do agronegócio, da FEE (Fundação Econômica e Estatística), da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e no site da BUNGE e de sua Fundação. Esta, por sua vez, também é descrita em seu papel e lugar na empresa.

Assim, na primeira parte será apresentado o histórico do latifúndio no Brasil e no Extremo Sul, na segunda parte a produção agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul e na terceira parte o agronegócio no Brasil e no Extremo Sul e a empresa BUNGE.

2.1 Breve histórico do latifúndio no Brasil e no Extremo Sul

As raízes dos problemas fundiários no Brasil são reflexos da construção histórica da formação da propriedade ao longo de sua história. Essa herança é consequência das leis e das políticas vigentes nesse período que contribuíram para desigualdade na distribuição da terra e para uma concepção de mercadoria, (FURTADO, 1989). Dessa forma, para analisar a propriedade da terra é preciso considerar a perspectiva histórica da questão agrária no Brasil.

Segundo Asselin (1991), com a chegada dos portugueses no Brasil, o país virou uma enorme colônia e, com isso deu-se início ao processo de grilagem. Esse processo consistia em falsificar documentos para, de forma ilegal, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros. No caso, até o século XIX as terras pertenciam a metrópole (Portugal), e a partir de 1822 ao império até 1850.

Entre 1822, ano da independência, e 1850 vigorou no Brasil o sistema de posse livre de terras (*terras devolutas*), uma vez que o Império não deixou como herança leis que regulamentassem o acesso à propriedade, já que não haviam cartórios ou registros de imóveis nessa época. Nesse período, a terra não tinha valor de troca, (ou seja, valor de compra e venda), possuindo apenas valor de uso a quem quisesse cultivá-la e vender sua produção. Nesse período predominava ainda a utilização da mão de obra escrava trazida forçadamente da África que eram prisioneiros dos latifúndios, não tendo direito à liberdade e/ou às terras devolutas no imenso território brasileiro. No ano de 1850, foi criada a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro a qual:

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara” (LEI 601 de 1850).

Com o propósito de garantir o fornecimento de mão de obra barata aos latifúndios e impedir o acesso dos imigrantes à propriedade, então todas as terras devolutas tornaram-se propriedade do Estado, que somente poderia vendê-las mediante leilões, beneficiando quem tinha dinheiro, mas não aos imigrantes que vinham para a América sem propriedade ou dinheiro (MOREIRA, 2005).

Ainda em 1850, houve uma mudança significativa nesse cenário, como consequência do aumento da área cultivada com café e da vigência da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos.²¹ A partir de então, a mão de obra que entrava no Brasil para trabalhar nas lavouras passou a ser formada por imigrantes europeus que foram atraídos e incentivados pelo governo brasileiro, pois necessitavam de mais mão de obra para lavoura²².

²¹ A Lei de Terras de 1850 reforçaria, no entanto, o poder dos latifundiários em detrimento do pequeno proprietário. As tentativas iniciais de substituir os escravos pelos imigrantes falharam. Os fazendeiros de café continuaram a abastecer-se de escravos, comprando-os em áreas do país em que a economia estava decadente. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187006/mod_resource/content/1/1%20-%20Emília_Viotti_da_Costa_-_Da_Monarquia_a_Republica_-_Momentos_Decisivos.pdf, acesso 04/08/17

²²Na década de 1880, as demandas da lavoura intensificaram-se, não apenas pelo seu crescimento, mas também pela força do movimento abolicionista que colocava em risco a escravidão. Não bastavam mais os poucos

No período compreendido entre 1889 até 1964 (Estatuto da Terra)²³, o problema da legitimação de posses não teve prioridade e acabou ficando em segundo plano. Este período não foi muito favorecido pelas reformas de base do presidente João Goulart em 1964, pois acabou não acontecendo, e para piorar, o presidente Jango foi deposto pelo Golpe Civil-Militar que seguiu até 1984 (SILVA, 1997; MORISSAWA, 2001). Em 1964 instituiu-se a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504, popularmente conhecida como Estatuto da Terra, que teve como objetivo atender as necessidades de distribuição de terras no Brasil, além de conceituar o campo, determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra. Dessa forma, foram traçadas as unidades mínimas de produção por módulo rural, a fim de caracterizá-las como produtiva ou improdutiva (BRASIL, 1964). Apesar de o Estatuto da Terra ter um caráter de mudança na estrutura fundiária, ele privilegia o caráter econômico em detrimento do social, favorecendo dessa forma, às grandes propriedades, uma vez que estas tinham mais recursos para modernização do campo. João Stédile (2002), advertia que não era necessário realizar novas leis para que a reforma agrária acontecesse, bastava aplicar o cumprimento das que já existiam. Podemos dizer que a constituição de 1988, não contribuiu para melhoras ou aplicação da lei, muito pelo contrário, pois acabou trazendo retrocesso, uma vez que legitimou o “latifúndio produtivo”, pois não regulamentava o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais.

Nos anos 1990, as desconcentrações de terra não foram significativas, no entanto no campo econômico ocorreu uma enorme expansão do agronegócio em consequência da globalização que favoreceu a concentração de terras e a diminuição do número de estabelecimentos rurais (OLIVEIRA, et al., 2005). Um dos reflexos desse histórico da formação da propriedade privada, concentração e utilização da terra no Brasil refletiram na atual situação em que se encontra a estrutura fundiária brasileira. Oliveira et al. (2005) destacam que as propriedades menores que 25 hectares (57,6%), representam menos de 7% da área ocupada no Brasil, enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares representam 1,6% dos imóveis cadastrados no INCRA e correspondem a 43,8% da área total ocupada, ou

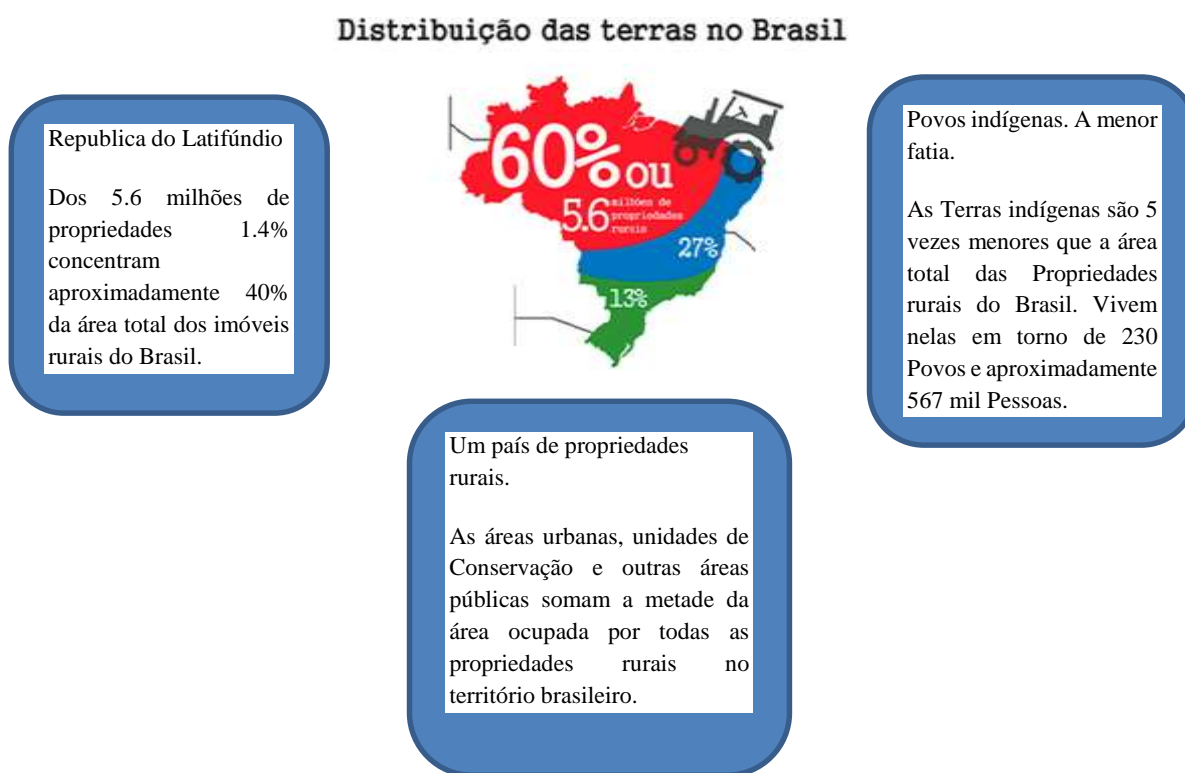
imigrantes que os fazendeiros mandavam trazer da Europa; seria necessário ampliar esse recrutamento. O Estado foi chamado a promover, endereçar e organizar a imigração transoceânica, tornando-se fiador, em relação aos proprietários de terras, do abastecimento constante de braços para a plantação. É a partir desse momento que a política imigratória paulista sofreu, na prática, mudança de rumo, passando a financiar a obtenção de braços para a lavoura. Paulo Gonçalves, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 283-308 – 2014, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a13v34n67.pdf>, acesso 04/08/17.

²³LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. No Art. 1º desta Lei se regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm, acesso em 06/08/17.

seja, quase a metade do total. Diante destes dados, evidencia-se uma desigualdade da posse da terra no Brasil desde o descobrimento, perpetuando até os dias atuais.

Sendo que, os pequenos produtores são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à mesa das pessoas²⁴, uma vez que grandes monoculturas têm como foco a exportação da produção. Disso afirmamos que “os municípios com maior concentração têm nível maior de pobreza”, e a necessidade de uma reforma agrária efetiva e eficiente tornou-se condição básica para o desenvolvimento econômico brasileiro (ABRAMOVAY e CARVALHO FILHO, 1994), se faz necessária.

Figura 1: Distribuição de terras no Brasil



FONTE: Amazonia.org, 2013.

Na figura nº 1 exposta na página anterior, fica explícita a desigualdade na distribuição de terras no Brasil, pois 1,4% da população concentra 40% do total da área rural. Enquanto que 98,6% da população fica com apenas 60% da área total. Para José Filho e Rosa Fontes, 2009:

²⁴Agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 06 de agosto de 2017

Após analisar a questão agrária no Brasil sob diversos aspectos, é possível afirmar que o Brasil é um país cuja distribuição de terras está altamente concentrada e altos níveis de desigualdade ainda perduram. Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no país, o conservadorismo no campo prevalece aos interesses sociais. (FILHO & FONTES, 2009, p. 83).

Segundo Alberto Guimarães (1981), no caso das propriedades latifundiárias, o conceito de latifúndio, deve ser destacado através da quantidade de hectares. Para o autor, as.

Unidades agropecuárias por demais extensas, a partir de 500 hectares [...] a propriedade latifundiária e, portanto, aquelas cujas dimensões excedem a capacidade média de recursos de capital, nas condições brasileiras, de que dispõem os empresários; os quais, em vista disso, mantém inexploradas ou incultas grandes parcelas do estabelecimento e, na melhor das hipóteses, arrendam, mediante pagamento em dinheiro ou em produtos. (GUIMARÃES, 1981, p. 223-224).

Rodrigues (2006), diz que a formação do latifúndio no Rio Grande do Sul

[...] está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho. Destaca-se que foram através das sesmarias que surgiram os latifúndios, que eram terras distribuídas desigualmente, sempre favorecendo aos poucos detentores de grandes rendas, contribuindo para a concentração da terra. (RODRIGUES, 2017, p. 23).

Isto porque, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu tardiamente a atenção da Coroa portuguesa, devido à expansão de pau-brasil e depois de cana-de-açúcar no Nordeste (FORTES, 1981, p. 25). No século XIX, diz Rodrigues que:

[...] a colonização Ítalo-germânica completou a ocupação do Rio Grande do Sul, povoado inicialmente por luso-brasileiros, os quais desenvolveram a produção primária centrada na pecuária. Além disso, através da agricultura introduzida pelos europeus, consolidou-se o caráter econômico do Estado baseado no setor primário e com uma estrutura fundiária dividida entre pequenas e grandes propriedades, consolidando os minifúndios e os latifúndios como importantes agentes modeladores do espaço gaúcho. (RODRIGUES, 2017, p. 31).

Entre os anos de 1700 e 1800, o processo de ocupação e povoamento do estado gaúcho se acentuou devido à disputa de limites existentes entre Portugal e Espanha, o que fortaleceu a concessão de sesmarias pelo governo do Império, vindo a efetivar o domínio desse território por Portugal. Assim, as sesmarias foram o instrumento de que se serviu o governo colonial para a vinculação dos povoadores a essa ampla faixa de terra de difícil domínio, (PRADO, 1964). Por isso, para Santos:

É curioso observar que a expansão territorial das duas Coroas ibéricas convergia para o centro do continente. O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português, do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato, encontraram-se [no terceiro século da colonização], e o encontro não foi amistoso. E, o que é mais interessante, o encontro se deu no território do atual Rio Grande do Sul. A conquista e povoamento do território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encontro luso-espanhol. Daí o processo de colonização e povoamento do Rio Grande se revestir de características próprias. Inteiramente diferente do que ocorreu noutras áreas da América Portuguesa. (SANTOS, 1984, p. 16-17).

Desta história pregressa é que se produziu a existência da desigualdade na propriedade da terra no Rio Grande do Sul, uma vez que propriedades com até 25 hectares, que representam aproximadamente 7% da área total existente, estão de posse de 58% dos proprietários, enquanto que propriedades com mais de 1000 hectares, que representam 42% da área total, estão nas mãos de apenas 1,6% dos seus respectivos proprietários. As pequenas propriedades, por outro lado, predominaram no norte do estado do RS, para onde foram deslocados os imigrantes vindos a partir do século XIX. Por fim, este histórico e processo de ocupação e uso das terras é “pano de fundo” da reflexão na dissertação, já que tal histórico, do contexto brasileiro e do extremo sul do Brasil, é inseparável do atual contexto de desigualdade ambiental existente.

2.2 Produção Agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul

Diante da contribuição da banca, no processo de qualificação da dissertação ocorrida no mês de julho de 2017, buscou-se no Censo Agropecuário fazer uma análise da estrutura agrária histórica da ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade, bem como, a desigualdade na distribuição da terra que explicita o modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil.

As terras utilizadas para agricultura familiar e não familiar, conforme quadro abaixo, mostram que o número de estabelecimentos com agricultura familiar são de 4.367.902 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e dois), o que significa 84,4%, que corresponde aproximadamente 30% do total das terras. Enquanto que para uma agricultura não familiar o número de estabelecimento é de 807.587 (oitocentos e sete mil e quinhentos e oitenta e sete), o que atinge 15,6%, o que significa aproximadamente a 70% do total das terras.

Tabela 5: Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil 2006

| Agricultura familiar | Total de estabelecimentos | Área total (ha) |
|------------------------------------|---------------------------|-----------------|
| Total | 5 175 489 | 329 941 393 |
| Agricultura familiar - Lei 11. 326 | 4 367 902 | 80 250 453 |
| Não familiar | 807 587 | 249 690 940 |

FONTE: Censos Agropecuários, IBGE - 2006

Disso, fica evidente que o número de estabelecimentos destinados a agricultura familiar é muito superior ao número de estabelecimentos destinados a agricultura não familiar. No entanto a área destinada é o inverso, pois um número menor de estabelecimentos possui uma área bem maior, o que evidencia a desigualdade na distribuição de terras no Brasil. E, de acordo com o MST (2015), a “concentração desequilibrada de terras está na raiz da história brasileira e hoje, o antigo latifúndio, responsável pelas extensas propriedades rurais, “se renovou e gerencia um moderno sistema chamado agronegócio”.²⁵ O agronegócio no Brasil é visto como o Capitalismo globalizado no campo brasileiro em forma de latifúndio, como bem ponderou Rodrigo Camacho (2009), fruto da internacionalização da economia brasileira. Começando uma união entre os capitalistas latifundiários, exportadores nacionais e as empresas transnacionais que controlam o mercado agrícola mundial, o que dá início ao chamado agronegócio. Stedile (2006), vê o agronegócio como:

[...] neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio. [...]. (STEDILI, 2006, p. 17).

O agronegócio é uma grande rede que controla a economia do setor, sendo grande responsável pelo consumo de forma a atender os objetivos por eles propostos, sem levar em conta as necessidades da população e a sustentabilidade dos recursos naturais. Sendo assim, discutiremos o que é agronegócio, para depois identifica-lo no Rio Grande do Sul e na cidade

²⁵ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Do latifúndio ao agronegócio. A concentração de terras no Brasil. 2015. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/07/31/do-latifundio-ao-agronegocio-a-concentracao-de-terras-no-brasil.html> acesso em 01 de julho de 2017.

do Rio Grande, local onde está instalada a empresa líder em exportação no setor do agronegócio brasileiro.

2.3 O agronegócio no Brasil e no Extremo Sul

O conceito de agronegócio segundo o Dicionário Aurélio é: “O conjunto de atividades e operações da cadeia de produção rural e da comercialização de seus produtos e serviços”²⁶, e portanto, com esta definição tenta representar as relações econômicas entre o setor agropecuário e a industrial. Dizem Lourenço & Lima (2009) ser:

O agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. (LOURENÇO & LIMA, 2009, s/p.).

Portanto, o agronegócio está presente de forma significativa na economia do Brasil, tendo uma cadeia produtiva que, conforme seus argumentos existe “antes da porteira, dentro da porteira e após a porteira”, conforme ilustrado na imagem abaixo. Mas, também, setores vinculados ao agronegócio argumentam ser este responsável por 1/3 do PIB brasileiro, e disso, afirmam ter um grande impacto na economia do país. Dessa forma, favorecem o discurso de geração de renda e riqueza por parte do setor, opondo-se à realidade de injustiça e desigualdade decorrente da apropriação desigual da terra, conforme visto na tabela 2, quanto da desigual distribuição da riqueza. O que no nosso entendimento acaba beneficiando uma minoria, as custas de uma maioria, as quais acabam recebendo os impactos sociais e ambientais negativos em consequência do crescimento do setor.

A figura número 2 que se encontra na próxima página ilustra tal perspectiva:

²⁶ Aurélio, novo dicionário eletrônico, positivo, disponível em DVD.

Figura 2: Cadeia produtiva do agronegócio



FONTE: A Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS), 2015.

As expressões expostas na imagem acima, são apresentadas pela Revista Globo Rural²⁷ da seguinte maneira: expressão *antes da porteira* se refere a tudo que é necessário a produção agrícola e que não está na fazenda. Em resumo é tudo que o produtor rural precisa comprar para produzir, tais como: máquinas, veneno agrícola, fertilizantes, sementes, etc. Já a expressão *dentro da porteira*, compreende tudo que se refere a produção, como: plantio, manejo, colheita, beneficiamento, manutenção de máquinas, armazenamento dos insumos, descarte de embalagens de veneno agrícola e mão de obra. O termo *depois da porteira*, compreende armazenagem do produto e distribuição, incluindo a logística.

²⁷ Maiores informações podem ser obtidas através do link: <http://revistagloborural.globo.com/Colunas/fazenda-sustentavel/noticia/2015/07/100-o-que-quer-dizer-antes-da-porteira-dentro-da-porteira-e-depois-da-porteira.html>, Acesso em 1º de Julho de 2017.

O Portal do Agronegócio aponta que o setor colabora com 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros²⁸. Diante desse fato, Helena Martins, repórter da Agência Brasil em seu artigo intitulado: *Distribuição de terras e produção de alimentos saudáveis são desafios ao país* aponta que

[...] o desenvolvimento do agronegócio, que modificou a organização do setor agrícola. Ele [o agronegócio] “é totalmente dependente das grandes extensões de terra. Então, a manutenção do latifúndio e o avanço para cima das áreas quilombolas, indígenas e da Amazônia, áreas de proteção e unidades de conservação, por exemplo, é parte da lógica do agronegócio, que precisa dessas terras para aumentar sua produção e seus lucros”. (Diego Moreira, MST, 2014).

Conforme José Martins (2001),²⁹ em seu artigo *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*, aponta que existe uma grande dívida com as pessoas do meio rural do mundo inteiro, pois os impactos negativos do setor perpetuam até os dias atuais, sendo passado de geração em geração. Dessa forma, quando tratamos de agronegócio, precisamos ter uma visão mais ampla a fim de entendermos o processo que extrapola o crescimento agrícola, vindo a beneficiar um grupo de agricultores, em contrapartida a outro grupo que sofre com os impactos negativos das suas atividades. Neste sentido, Mauro Grün (1996), considera que tanto a crise ecológica como cultural, tem a consciência de levar em conta os valores que sustentam a nossa cultura, a destruição e contaminação do meio ambiente como parte destes empreendimentos, visto que a nossa civilização é tida como insustentável, se mantidos os atuais sistemas de valores, pois para Grün (1996), a sociedade é antropocêntrica, isto é, buscando satisfazer os interesses individuais e não coletivos.

Já para Antônio Alvarenga, presidente da sociedade nacional de agricultura (O GLOBO, 2014), o agronegócio não é o vilão, pois entende que pesquisadores exageram, quando o relacionam ao aquecimento global, ao desmatamento e a agropecuária, uma vez que eventos climáticos sempre existiram em maior ou menor intensidade. Por sua vez, Acselrad (2015), afirma que os ruralistas identificam as comunidades tradicionais como os novos

²⁸O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. In.: Portal Agronegócio. [Site]. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/pagina/o-que-e>> Acesso em 23 de outubro de 2016.

²⁹ O desafio dos sociólogos rurais, numa proposta de compromisso como a do tema destas falas, é o de mergulhar no sonho inventivo e regenerador que ainda há no mundo rural. Tanto para decifrá-lo e prezá-lo, quanto porque há nele a nostalgia do futuro e a negação das privações que o presente representa para muitos. In.: MARTINS, José de Souza *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. Revista Estudos Avançados, 2001.

adversários de seu pretensso projeto de agronegócio, por isso há interesse nas terras, para poderem ampliar seus lucros e benéficos.

Para defender os interesses do setor, surge a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, uma associação voltada aos interesses do empresariado, que por meio de *marketing*, divulga as atividades do setor do agronegócio, de maneira a melhorar sua imagem perante a sociedade, mas omite conflitos e impactos ambientais gerados pelo setor. Segundo o site, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG),³⁰ ela foi fundada em 10 de março de 1993, pelo Presidente Ney Bittencourt de Araújo, para resolver alguns problemas no Brasil, tais como: O desenvolvimento sustentável, a globalização da economia, as desigualdades de renda e dos bolsões de miséria, pois acreditavam que o agronegócio poderia resolver estes problemas.

A ABAG tem o papel de divulgar junto ao governo, iniciativa privada, entidades de classes, universidades e a sociedade em geral da importância do sistema agroindustrial. Sua atuação na disseminação do projeto das frações de classe imbricadas ao agronegócio, tendo dupla função “educadora”: consolidar o consenso intraclasse e expandi-lo além de suas fronteiras, num trabalho pedagógico de constante convencimento quer sobre a importância, quer sobre a imprescindibilidade do setor, constituindo-se em mais um instrumento de afirmação da hegemonia da Abag”³¹. Ainda segundo Sonia Mendonça “qualquer semelhança entre este pronunciamento e a campanha ora veiculada pela Rede Globo (sócia da ABAG desde sua fundação), tendo por slogan “Agro é *Tech*, Agro é *Pop*, Agro é Tudo”, não é mera coincidência, conforme explanou Mendonça (2012).

A autora vê a propaganda como algo tendencioso, tendo como objetivo convencer as pessoas de que o agronegócio é algo bom, popular e importante para a econômica do país, quando na verdade busca defender os interesses do setor. Neste caso, podemos fazer uma analogia com a EA que a empresa defende e desenvolve e que adiante apresentaremos e discutiremos.

³⁰A ABAG visa buscar o equilíbrio nas cadeias produtivas do agronegócio, de modo a valoriza-las, ressaltando sua fundamental importância para o desenvolvimento sustentado do Brasil. A consequência dos nossos esforços deverá ser a liderança global brasileira na oferta, de forma competitiva, dos produtos agroindustriais. In. ABAG – História, Missão, Visão e Valores. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/institucional/historiamissaovisao>> Acesso em 1º de Fevereiro de 2017.

³¹ Panorama Rural e a Consolidação Hegemônica da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag): 1999 – 2009.

2.4 O caso da BUNGE: Apresentação

2.4.1 A BUNGE: História, localização e negócios

A BUNGE é uma empresa do agronegócio, presente na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. A empresa gera mais de 19 mil empregos, 150 instalações dentre fábricas, usinas, moinhos, portos, centros de distribuições e silos. Está presente em 19 estados brasileiros e também no Distrito Federal, atendendo de 83% dos municípios do país, de um total de 5.565 (<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2012/port/ra/04.htm>, acesso 01/02/17).

De acordo com notícias veiculadas no site da BUNGE, a área de atuação da empresa compreende desde fertilizantes, alimentos, açúcar e bioenergia. A BUNGE foi fundada em 1818 em Amsterdã (Holanda), em 1876 se estabeleceu na Argentina devido à boa economia da época e no Brasil, teve início em 1905, através da associação com o Moinho Santista com sede em Santos (SP).

Segundo o site, a empresa desde a sua fundação no Brasil buscou ser grande produtora de alimentos. Atualmente é uma empresa global do setor do agronegócio, alimentos e bioenergia, estando presente em toda a cadeia produtiva. Em nosso país, é uma das principais empresas de agronegócio e alimentos, sendo a maior exportadora, possuindo aproximadamente 100 unidades.

No ano de 2000 fez negócios com as empresas Ceval e a Santista, vindo criar a empresa BUNGE alimentos. Posteriormente fez novos investimentos, vindo a adquirir a empresa de Fertilizantes Manah a qual mudou o nome para BUNGE Fertilizantes. A empresa também está presente na cidade do Rio Grande, RS, região onde foi feito esta pesquisa. A BUNGE na Argentina também é uma das principais companhias do agronegócio, pois se faz presente, por meio do aporte de fertilizantes, a recepção e armazenagem de grão de oleaginosas para consumo humano, visando principalmente a exportação, conforme disponibilizado no site da companhia na Argentina³².

Para visualizarmos a história, desde a fundação da empresa, podemos, através do auxílio da tabela 6, abaixo, compreender esse processo histórico, conforme disponibilizado no site da empresa.

³² Acerca da Bunge Argentina. Disponível em: <<https://www.bungeargentina.com/es/nosotros/acerca-de-bunge-argentina>>, acesso 02 de Julho de 2017.

Tabela 6: Histórico da Evolução da Empresa BUNGE no Brasil e no Exterior

| ANO | FATOS |
|------------|---|
| 1818 | Fundada em 1818, em Amsterdã, Holanda, comercializa importados das colônias holandesas. |
| 1859 | Transfere a sede para a Bélgica, e inicia negócios na Ásia e África. |
| 1884 | Em 1884, Ernest BUNGE, muda-se para Buenos Aires, Argentina, onde constitui uma empresa coligada com o nome de BUNGE Y Born, para exportação de grãos do país. |
| 1905 | Expandiu para o Brasil através do capital da S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais em SP. |
| 1923 | Comprou a Cavalcanti & Cia., em Recife, que resultou na formação da Sanbra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, especializada no beneficiamento e exportação de algodão. |
| 1929 | A demanda por sacos de algodão levou à compra da Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A., em São Paulo. Lançamento do Óleo Salada, primeira marca de óleo de algodão para fins alimentícios. |
| 1938 | Início da mineração, industrialização e comercialização de fertilizantes, matérias-primas e nutrientes fosfatados, com a constituição da Serrana Mineração, em Jacupiranga/SP. |
| 1947 | Constitui a Fertimport, em Santos/SP, para administrar o transporte de matéria-prima da Serrana. |
| 1955 | Constitui uma Fundação dedicada ao incentivo à educação e cultura do País. |
| 1991 | Foca nas áreas de alimentos, têxtil e químico, fosfatados e tintas, incorporando diversas empresas e transferindo outras que diferiam de suas áreas de negócio. |
| 1995 | Procede a uma reorientação estratégica e abandona os negócios nas áreas têxtil, cimentos e tintas, mantendo-se nos setores de alimentos, agribusiness e fertilizantes. |
| 1997 | Adquire a Ceval, maior esmagadora e processadora de soja do Brasil, hoje BUNGE Alimentos. Amplia o seu setor de fertilizantes adquirindo o controle da IAP, hoje BUNGE Fertilizantes. Incorpora a unidade de negócios de fertilizantes da Elekeiroz, adquire parte do capital da Takenaka, e inicia a venda de fertilizante aplicado. |
| 1998 | BUNGE Global Market, hoje BUNGE Global Agribusiness. Volta para aos mercados de origem, ou seja, commodities agrícolas, fertilizantes e produtos alimentícios tais como, óleos comestíveis, margarinas, lecitinas e farinhas para a indústria de alimentos. |
| 2000 | Adquire a indústria de fertilizantes Manah, líder no setor de fertilizantes e para fortalecer sua posição no mercado de fertilizantes e alimentos no Brasil cria a BUNGE Fertilizantes pela junção da Serrana, Manah, IAP e Ouro Verde. |
| 2001 | Da BUNGE Alimentos e Fertilizantes, cria a BUNGE Brasil, S.A. Se torna a maior produtora de fertilizantes da América do Sul, maior processadora de trigo e soja e maior fabricante brasileira de margarinas, óleos comestíveis, gorduras vegetais e farinhas de trigo. Adquire a La Plata Cereal, uma das maiores do agribusiness. A aquisição torna a BUNGE a maior processadora de soja da Argentina. |
| 2002 | Adquire o controle da Cereol, empresa de agribusiness com forte atuação na Europa e EUA, fortalecendo sua atuação no setor de óleos comestíveis. Torna-se a maior processadora de grãos oleaginosos do mundo. |
| 2003 | Em Sant Louis, EUA, BUNGE e Dupont se associam na joint-venture Solae para atuar no desenvolvimento e na produção de ingredientes funcionais. |
| 2004 | Adquire 40% da Polska Oil, produtor polonês de óleo comestível, no Vietnã, assume processamento exclusivo com a Phu My Port. No Brasil, inicia uma parceria com a América Latina Logística – ALL, para o transporte dos seus produtos. |
| 2005 | Adquire a primeira planta para processamento de soja na China. |
| 2006 | Abre fábrica de esmagamento de soja em Bilbao, na Espanha, uma engarrafadora de óleo em Fort Worth, Texas, EUA e inicia a construção de uma refinaria de óleo no Ontário, EUA. |
| 2007 | Tem silos e armazéns nas Américas, Europa, Austrália e Índia, além de escritórios Global Agribusiness em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio. No Brasil, controla a BUNGE Alimentos, a BUNGE Fertilizantes, a Fertimport e a Fundação BUNGE. |

FONTE: BUNGE LIMITED (2007); Histórico do Grupo BUNGE (2006); Histórico BUNGE Alimentos (2006); MANO (2001); BUNGE (2003); BUNGE (2004); BUNGE (2005); BUNGE (2006).

No Brasil, a partir de 1923 ampliou seus negócios através da empresa Cavalcanti & Cia, em Recife e posteriormente em 1929 através da Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A., em São Paulo, em 1938 adquiriu a Serrana Mineração, em Jacupiranga, SP em 1947 constituiu a Fertimport, em Santos, SP em 1997 adquiriu a Ceval, em 2000 a indústria de fertilizantes Manah. Em 2002 adquiriu o controle da Cereol, em 2003 se associou a joint-venture Solae nos Estados Unidos, em 2004 adquiriu 40% da Polska Oil na Polônia, em 2005 adquiriu uma planta da empresa na China; 2006 abriu uma fábrica em Bilbao, na Espanha, uma engarrafadora de óleo em Fort Worth, Texas, EUA e iniciou a construção de uma refinaria de óleo no Ontário, EUA no ano de 2006.

Diante da atuação da empresa a mais de cem anos no mercado mundial e também no Brasil, é inevitável dizer que é uma empresa que influencia significativamente no mercado econômico mundial, pois está presente em todos os segmentos do agronegócio.

2.4.2 A localização da empresa no Brasil e seus produtos

A empresa também está presente na cidade do Rio Grande, estando instalada na zona industrial. Com o auxílio do mapa, é possível identificarmos a localização da empresa em estudo na zona Industrial da cidade do Rio Grande, RS.

A empresa possui a Fundação BUNGE desde 1955 e está presente em 09 estados brasileiros, sendo estes Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pernambuco e Mato Grosso, tendo atendido 38 escolas com um total de 10.254 alunos e 584 professores, conforme informações disponibilizadas no site da empresa.

Figura 3: Ações do Comunidade Educativa pelo Brasil em 09 estados

- Luis Eduardo Magalhães (BA)
- Santa Juliana (MG)
- Uberaba (MG)
- Rondonópolis (MT)
- Ipojuca (PE)
- Uruçui (PI)
- Paranaguá (PR)
- Ponta Grossa (PR)
- Rio Grande (RS)
- Gaspar (SC)
- Santos (SP)
- São Paulo (SP) - Bairro Jaguaré
- São Paulo (SP) - Bairro Vila da Belezas



FONTE: Site da BUNGE (2017).

Na figura 03, fica evidente que a empresa está situada nos principais estados brasileiros, os quais são responsáveis pela maior parte do PIB do país. Na figura a seguir, é possível visualizar a localização da empresa na cidade do Rio Grande, RS.

Figura 4: Mapa da Zona Industrial de Rio Grande, localização da BUNGE



FONTE: Google Maps (2017)

Na próxima página temos algumas fotos das instalações e produtos produzidos na empresa BUNGE.

Figura 5: Fachada BUNGE Alimentos em Rio Grande



FONTE: BUNGE S/A [SITE] (2017).

A empresa nesta unidade de alimentos, localizada na BR 392 junto ao Porto do Rio Grande produz farelo e óleo de soja em grande escala. Segundo a BUNGE, sua produção geral de óleo em 2015 foi de aproximadamente 40,5 milhões de toneladas.

Figura 6: Parte do Complexo Empresa BUNGE Alimentos Rio Grande



FONTE: BUNGE S/A [SITE] (2017).

A BUNGE Fertilizantes também possuía uma unidade na cidade do Rio Grande, conforme imagem abaixo. No entanto, em agosto de 2013 a empresa norueguesa Yara International adquiriu o setor de fertilizantes da BUNGE no Brasil conforme explanado na página 51.

Figura 7: Planta da Empresa BUNGE Fertilizantes



FONTE: BUNGE [SITE] (2017).

A BUNGE no Brasil produz vários produtos, dentre eles, margarinas, óleos, *ketchup*, molho de tomate e azeite. Abaixo, seguem imagens de alguns dos produtos comercializados no Brasil pela empresa, mostrando que além de estar no campo através da produção de matéria prima, também está na mesa do brasileiro, através de seus inúmeros produtos comercializados no mercado.

Figura 8: Produtos produzidos com a marca BUNGE



FONTE: BUNGE Alimentos [site] (2017).

Os produtos produzidos pela empresa estão há vários anos no mercado brasileiro, um exemplo é a marca *Etti* que está no mercado desde 1955 e é comercializada nas redes de supermercados de grande parte do Brasil. Assim como no Brasil, também na Argentina a empresa desenvolve suas atividades, seus projetos na área da educação, como exemplo, o projeto “Excelência Acadêmica”, que teve início em 1997, tendo compromisso com a educação de crianças, adolescentes e jovens, conforme publicado em seu site.

A instalação da empresa BUNGE ocorreu no Brasil em 1905, no estado de São Paulo, veio ampliar seus negócios com a compra da empresa Cavalcanti e Cia no ano de 1923, da empresa Tatuapé S.A em 1929 e com a constituição das empresas Serrana Mineração no ano de 1938 e Fertimport em 1947. Adquirindo, também, a empresa Ceval em 1997, a BUNGE *Global Market* em 1998 e a Manah, IAP e Ouro Verde no ano de 2000. Algumas marcas de fertilizante que a empresa comercializa:

Figura 9: Foto das embalagens dos fertilizantes produzidos



FONTE: BUNGE [SITE] (2014).

Com isso, a empresa passou a ter o controle da empresa Cerol em 2002, com uma porcentagem da empresa Polska Oil em 2004, além de uma planta da empresa na China para o processamento de soja, no ano de 2005 e por último abrindo uma fábrica de esmagamento de soja na Espanha no ano de 2006.

2.4.3 O Agronegócio e os agrotóxicos

Sendo a BUNGE a maior agroexportadora do Brasil, o volume de recursos naturais que utiliza para manter sua produção, a acumulação de lucros e seu crescimento para além de satisfazer as necessidades do mercado é enorme. Assim, também enorme é o uso de fertilizantes, venenos e, portanto, o impacto de suas atividades. Por exemplo, em suas ações de EA, orienta os agricultores a otimizarem o uso de defensivo agrícola (cartilha conscientização, p.79). Porém no Rio Grande do Sul, quase que dobrou a comercialização de agrotóxicos entre 2007 e 2013, passando de 61 mil toneladas a 104 mil toneladas, de uma área plantada de 8 milhões de hectares para 8,8 milhões/ha para o qual o agronegócio é o possível responsável. Nesse Estado o que predomina são as culturas de soja, milho, arroz e trigo,

conforme apontou Castilho (2016), em reportagem publicada no Jornal Sul 21, (disponível em <https://www.sul21.com.br/>).

O discurso de otimizar o uso de veneno agrícola (agrotóxico), para fins de reduzir o seu consumo, se opõe a publicação contida no Jornal Sul 21, então conforme publicizado no boletim Epidemiológico 2016:

A exposição aos agrotóxicos é um problema que envolve toda a sociedade. Esses produtos vêm sendo utilizados em quantidades que aumentam a cada ano. São utilizados na agricultura, pecuária, no combate a vetores, como domissanitários, preservantes de madeiras e com outras finalidades. Assim, quem não tem exposição direta aos produtos poderá ser exposto aos resíduos de agrotóxicos que restam no solo, na água, no ar e nos alimentos. (SECRETÁRIA DE SAUDE DO RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 1).

Conforme citação acima, o uso de veneno agrícola (agrotóxico), prejudica tanto direta como indiretamente, pois o Rio Grande do Sul está entre os estados que mais utilizam veneno agrícola no Brasil, conforme tabela 7.

Tabela 7: A classificação das unidades de federação, segundo a comercialização de agrotóxicos, no ano de 2013

| Classificação | UF | Comercialização de agrotóxicos (kg) |
|---------------|--------------------|-------------------------------------|
| D1 | São Paulo | 297.750.036 |
| D2 | Mato Grosso | 181.344.601 |
| D3 | Paraná | 158.481.566 |
| D4 | Minas Gerais | 119.117.416 |
| D5 | Rio Grande do Sul | 104.365.119 |
| D6 | Goiás | 95.677.438 |
| D7 | Bahia | 56.628.759 |
| D8 | Mato Grosso do Sul | 54.829.832 |
| D9 | Rio de Janeiro | 27.341.441 |
| D10 | Ceará | 27.102.983 |
| D11 | Santa Catarina | 22.294.630 |
| D12 | Maranhão | 17.403.457 |
| D13 | Tocantins | 10.245.251 |
| D14 | Piauí | 10.126.913 |
| D15 | Pará | 9.515.294 |
| D16 | Rondônia | 8.719.461 |
| D17 | Espírito Santo | 8.299.948 |
| D18 | Pernambuco | 4.974.129 |
| D19 | Alagoas | 3.646.374 |

FONTE: Bol. Informativo Epidemiológico (2016).

O Rio Grande do Sul, ocupa a 5ª posição no uso de veneno agrícola, o que é muito ruim, uma vez que prejudica a saúde das pessoas, dos animais e do meio ambiente em geral.

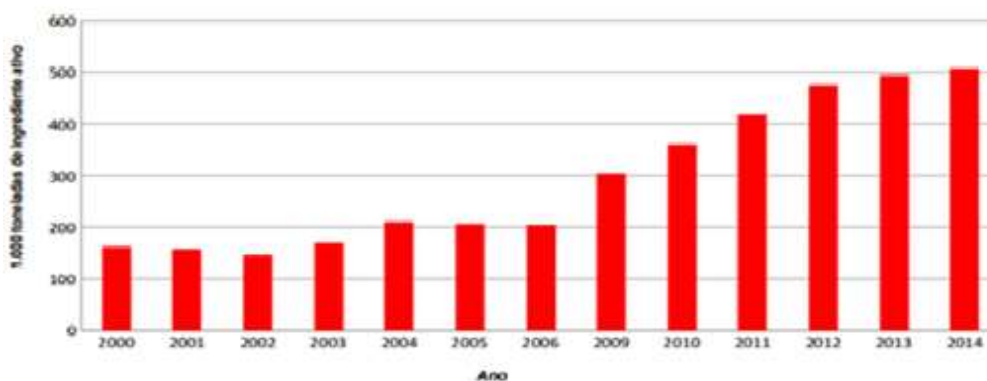
O uso de veneno agrícola (agrotóxico), coloca em risco a saúde das pessoas e do meio ambiente. Conforme Cassall et all,

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná, divulgados durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília (Distrito Federal), em abril de 2012, enquanto, nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos, representando 18,9%, seguido de São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%) e Santa Catarina (2,1%). (CASSALL et al, 2014, p. 434).

Desta forma fica evidente que o consumo de veneno agrícola (agrotóxico) tem um alto consumo no Brasil e não diferente no RS. Este consumo excessivo para manter a lavoura livre de pragas é preocupante, pois prejudica toda população que vive aos arredores, bem como os consumidores desses produtos em geral. A BUNGE fornece os fertilizantes Serrana e Manah, comercializa as safras de soja, milho e trigo que chegam na mesa do consumidor com os produtos e respectivas marcas: Óleo Soya, Maionese Salada, Margarina Delícia, entre outros³³, os quais não somente usaram os fertilizantes, como também foram contaminados pelos venenos das lavouras.

Neste sentido, o uso de agrotóxico pelo agronegócio, através da produção agrícola em geral, a partir de 2009 vem crescendo de forma assustadora, uma vez que aumentou seu consumo em aproximadamente 180% em 14 anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1: Consumo de agrotóxicos e afins (2000-2014)



FONTE: IBAMA/consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4074/2002

Uma ação contra impactos de agrotóxico no Rio Grande do Sul prendeu oito pessoas, conforme o portal G1 da Globo em 05 de julho de 2016. A fiscalização aconteceu entre 27 de junho e 1º de julho de 2016, em 12 cidades gaúchas, sendo elas, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Dilermando de Aguiar, Jari, Mata, Restinga Seca, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Maria, São

³³Campanha Institucional da Bunge. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/downloads/CampanhaInstitucional_Familia.pdf>, acesso 1º de agosto de 2017.

Pedro do Sul, São Sepé e São Vicente. A motivação se deu pelo armazenamento e descarte ilegal. Na ocasião, foram feitos 46 autos de infração, 29 notificações o que resultou na apreensão de uma aeronave.

A BUNGE em suas ações na cidade do Rio Grande, gera impactos ambientais danosos ao meio ambiente como um todo. Conforme publicizado no Jornal Agora datado de 23 de março de 2013, em que a BUNGE Fertilizantes esclarece a decisão judicial do caso *Bahamas*, conforme o Tribunal Regional Federal da quarta Região (TRF4). O resultado do recurso da BUNGE Fertilizantes no processo sobre o caso *Bahamas*, em que o juiz Federal João Pedro Gebran Neto negou o recurso, confirmando a decisão que condenou a empresa a pagar, juntamente com a *Chernoil* internacional e a *Genesis Navigation*, indenização de R\$ 20 milhões pelo derramamento de ácido sulfúrico do navio M/T *Bahamas* no canal de acesso ao Porto do Rio Grande (RS)³⁴. O acidente ocorreu em agosto de 1998, quando o navio, de propriedade da Armadora Suíça *Chenoil*, atracou no Porto de Rio Grande carregado com 22 mil toneladas de ácido sulfúrico utilizado na fabricação de fertilizantes da empresa BUNGE, na época denominada de Manah. Além de poluir, prejudicou a atividade pesqueira da região, conforme foi apontado nos autos do processo:

Nº CNJ: 0153781-13.2015.8.21.7000/Cível: Ação de indenização por danos materiais e morais. Rejeitada a arguição de ilegitimidade passiva. Prescrição incorrente. Ajuizamento de ação civil pública. Interrupção da Fluência do prazo prescricional. Derramamento de ácido sulfúrico em canal portuário. Rio Grande. Dano Ambiental. Interrupção da atividade pesqueira. Colônia de pescadores Z3. Responsabilidade objetiva. Existência de nexo de causalidade entre o dano apontado e a conduta da ré. (Processo nº 70064684038, 2015).

Em função de tais ações da empresa e da existência da responsabilidade civil a qual condena a empresa, podemos evidenciar um exemplo de impacto negativo deste tipo de atividade durante décadas na lagoa que banha a cidade do Rio Grande. Impactada a população da cidade do Rio Grande que residia nas proximidades da zona industrial, local que se encontrava a empresa BUNGE Alimentos. Nesta zona existia pessoas de baixa renda expostas ao risco de vazamento de amônia, produto utilizado na confecção de adubo de forma permanente. Enquanto que a população com poder aquisitivo mais elevado encontrava-se em áreas afastadas e com melhor infraestrutura. A empresa BUNGE cresceu 33% e atingiu US\$ 271 milhões no 4º trimestre 2016, o que correspondeu a (US\$ 1,83 por ação), alta de 33% em

³⁴Informações extraídas através do site do Tribunal Regional Federal da 4ª região. Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=7981>, acesso em 02/08/17

relação ao mesmo período do ano anterior. No setor de açúcar e Bioenergia a alta foi ainda maior, 200%, de US\$ 10 milhões para US\$ 30 milhões no 4º trimestre de 2016. Quanto ao setor de fertilizantes a alta foi de 92%, motivada pelo maior volume no negócio na Argentina conforme noticiado no site da revista Época.

Na visão da empresa, “alimento é vida”, “energia é vida”, sendo que o mundo vai precisar de muito mais alimento e energia e os recursos naturais estão cada vez mais escassos. Diante disso, tem como missão melhorar a vida, contribuindo para o aumento sustentável da oferta de alimentos e bioenergia, aprimorando a cadeia global de alimentos e do agronegócio. A empresa diz ter nos seus valores a ajuda para alcançar seu objetivo de aprimorar a cadeia global de alimentos e do agronegócio. A área plantada é destinada à colheita e a área colhida no Brasil, entre os anos 2011 e 2016, conforme tabela abaixo, aumentando a área ocupada para plantação, bem como aumentou a área colhida.

Tabela 8: Área plantada e destinada à colheita (ha)

| PAIS | SAFRA | ÁREA PLANTADA E DESTINADA À COLHEITA (HA) | ÁREA COLHIDA (HA) |
|--------|-------|---|-------------------|
| Brasil | 2011 | 68 169 563 | 67 282 302 |
| Brasil | 2012 | 69 196 173 | 67 351 813 |
| Brasil | 2013 | 72 434 134 | 71 294 379 |
| Brasil | 2014 | 76 246 588 | 75 386 935 |
| Brasil | 2015 | 76 797 976 | 75 831 419 |
| Brasil | 2016 | 77 173 247 | 75 291 414 |

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal.

A tabela 9 nos mostra a produção agrícola brasileira de soja entre os anos de 2011 a 2016, em relação área plantada ou destinada à colheita, área colhida e a quantidade produzida, segundo os principais produtos. Podemos observar que a produção de soja passou de 24.032,410 em 2011 para 33.309,865 em 2016, totalizando um aumento de 37,5%, num período de cinco anos. O que nos permite identificar que a produção de soja está em um crescente, contribuindo dessa forma para que o Brasil seja um dos maiores produtores do mundo.

Tabela 9: Produção de soja de 2011 a 2016.

| PRODUTO | SOJA (EM GRÃO) | SOJA (EM GRÃO) | SOJA (EM GRÃO) | SOJA (EM GRÃO) | SOJA (EM GRÃO) | SOJA (EM GRÃO) |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| ANO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| Área plantada ou destinada à colheita (ha) | 24.032410 | 25.090559 | 27.948605 | 30.308231 | 32.206387 | 33.309865 |
| Área colhida (ha) | 23.968663 | 24.975258 | 27.906675 | 30.273763 | 32.181243 | 33.153679 |
| Quantidade produzida (t) | 74.815447 | 65.848857 | 81.724477 | 86.760520 | 97.464936 | 96.296714 |

FONTE: IBGE [SITE] (2016)

A tabela acima, deixa evidente que a área plantada, a área colhida e a quantidade produzida de soja entre os anos de 2011 a 2016 aumentou e nessa, a empresa BUNGE é a maior agroexportadora do Brasil, ao mercado mundial.

2.4.4 Considerações finais

Sendo assim, para a empresa ser sustentável é preciso proteger a diversidade biológica e disciplinar no processo de ocupação dos recursos naturais, (Cartilha de Conscientização Ambiental, p. 61), também entende que “O manejo florestal é uma forma sustentável da exploração de uma floresta, tirando dela apenas o incremento de um determinado período, deixando a floresta se recuperando para uma nova intervenção”, (CCA, p. 54). O que, no nosso entendimento, seria uma forma de manter vivo suas fontes de recursos naturais para manutenção de suas atividades, pois sem elas isso não seria possível. Ainda, segundo a empresa, através da gestão sustentável é possível mitigar riscos e potencializar negócios, além de promover o desenvolvimento sustentável. No entanto, ser sustentável é manter as necessidades básicas do presente, permitindo que estes recursos estejam dispostos para as próximas gerações, porém a empresa faz uso dos recursos naturais para além de atender as necessidades do mercado brasileiro, pois é a maior agroexportadora do país e dessa forma produzindo para gerar riqueza. A Educação ambiental desenvolvida pela empresa prevê a reciclagem e inclusão social na região na qual é desenvolvida, através da arte, da música, artesanato, artes cênicas e piscicultura. Dessa forma, estar desenvolvendo nas aulas de educação ambiental, o desenvolvimento da criatividade, da parte motora e intelectual dos

participantes. No próximo capítulo aprofundaremos estes aspectos apresentados discutindo a sustentabilidade e a Educação Ambiental da empresa.

CAPITULO III

3. A SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BUNGE NO BRASIL

Diante do estudo sobre o histórico do latifúndio no Brasil e no Rio Grande do Sul, o qual gerou desigualdade na distribuição de terras, que perpetua até os dias atuais, é que buscou-se nesse capítulo identificar a EA e a Sustentabilidade da empresa estudada para identificar de que forma ela se apropria do tema para divulgar suas ações, de amiga do meio ambiente e empresa comprometida com a sustentabilidade perante a sociedade, a continuar explorando os recursos naturais para produzir além de atender o mercado interno, visto que a maior parte da produção vai para exportação.

3.1 A sustentabilidade da BUNGE Brasil

Para analisar a sustentabilidade da empresa BUNGE, buscou-se informações no site da empresa, no site da Fundação BUNGE e também em alguns materiais didáticos disponíveis no site, como a: “Cartilha Pense Bem Meio Ambiente, Cartilha Conscientização Ambiental”, e os relatórios de sustentabilidade publicados no site da empresa, organizando as informações em 04 colunas. Na primeira coluna, listamos as fontes das informações das demais; depois buscamos identificar o que a empresa definia ou classificava como sustentabilidade, e se possível seus objetivos e ou finalidades; na seguinte buscamos informações de como a mesma se efetiva, se materializa; e por fim os impactos indicados pela empresa nos referidos documentos. Nesta última coluna visamos indicar, para empresa, a dimensão do público “atingido” pela atividade. Apresentamos a seguir tais dados e informações a seguir.

Tabela 10: Sustentabilidade da BUNGE

| DOCUMENTOS CONSULTADOS | SUSTENTABILIDADE PARA BUNGE (O QUE É? PARA QUE/OBJETIVOS?) | COMO SE EFETIVA | IMPACTO/ REPERCUSSÃO DA AÇÃO, PÚBLICO ATINGIDO, ONDE E QUANDO |
|------------------------|--|---|--|
| BUNGE [Site] | Suprir a cadeia de alimentos com matérias-primas | Capacitar os produtores rurais para que produzam de modo a diminuir os impactos ambientais e maximizem o uso dos recursos naturais finitos. | Produtores rurais que fornecem matéria prima para BUNGE, 2012. Foram realizados 60 eventos, tendo capacitado 6.500 produtores. |

| DOCUMENTOS CONSULTADOS | SUSTENTABILIDADE PARA BUNGE (O QUE É? PARA QUE/OBJETIVOS?) | COMO SE EFETIVA | IMPACTO/ REPERCUSSÃO DA AÇÃO, PÚBLICO ATINGIDO, ONDE E QUANDO |
|----------------------------------|--|--|--|
| BUNGE [Site] | Reduzir resíduos industriais, para impactar menos o meio ambiente. | Destinação adequada dos resíduos industriais decorrentes da fabricação de seus produtos (insumos e embalagens) e para promover a redução de seu impacto ambiental” | Público atingido de aproximadamente 17 mil agricultores rurais, para reduzir impactos gerados pela sua produção, 2013. |
| BUNGE [Site] | Replantar árvores nas áreas em que a empresa atua. | Campanha “Eu ajudei a plantar uma árvore.” | Feira Internacional de Panificação, 2012. A empresa vai plantar uma árvore para cada pessoa que visitar seu estande na feira, além de fornecer um <i>botton</i> destacando sua coparticipação nesta ação. |
| BUNGE [Site] | Consumo consciente para sustentabilidade do planeta | Inclusão social e o consumo consciente, bases para o desenvolvimento sustentável. | Instituto Triângulo é uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tende a mobilizar a população para a prática ecológica urbana, 2009 |
| BUNGE [Site] | Desenvolvimento econômico, responsabilidade ambiental e responsabilidade social. | Promovemos o desenvolvimento econômico, por meio das parcerias firmadas com o homem do campo. | Fornecedores da BUNGE, agricultores. |
| FUNDAÇÃO BUNGE [Site] | Avanço na microbiologia ambiental na área agrícola e melhoramento genético de plantas. | Por meio de seminário entre a Fundação BUNGE e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP no dia 23 de setembro de 2014. | Divulga que mudanças climática podem trazer insegurança alimentar para 800 milhões de pessoas no mundo. |
| Cartilha Pense Bem Meio Ambiente | Plantar uma árvore | Para criar uma área verde, a fim de absorver partículas de poeira e poluentes. | Orientou pessoas, oficinas no ano de 2010, consumidores da rede Carrefour. Sendo que 48 mil árvores podem neutralizar o carbono emitido por mais de 8 mil carros no mesmo período. |

| DOCUMENTOS CONSULTADOS | SUSTENTABILIDADE PARA BUNGE (O QUE É? PARA QUE/OBJETIVOS?) | COMO SE EFETIVA | IMPACTO/ REPERCUSSÃO DA AÇÃO, PÚBLICO ATINGIDO, ONDE E QUANDO |
|--|---|--|--|
| Cartilha de Conscientização Ambiental, 2009. | Orientar sobre práticas agrícolas que façam rotação de cultura para manter a fertilidade do solo. | “Boas práticas agrícolas são aquelas que levam em consideração a sustentabilidade e promovem uma prática ambientalmente adequada e socialmente benéfica” (CCA, 2009, p. 74). | Em 2009 trabalha com 15678 mil funcionários, que são fornecedores da BUNGE e 8500 produtores rurais. |
| Relatório de Sustentabilidade 2016. | Redução de consumo de recursos naturais. | “A redução dos impactos socioambientais e da minimização do uso dos recursos naturais finitos fazem parte de seu projeto de sustentabilidade”. | Informação disponível no site da empresa para atender parceiros, empregados e população em geral em qualquer parte do mundo. Entre 2008 e 2014, foi registrado mais de 65 mil visualizações. |

FONTE: Tabela elaborada pelo pesquisador a partir das informações extraídas do site da empresa BUNGE, da Fundação, das Cartilhas Pense Bem Meio Ambiente e Cartilha de Conscientização Ambiental e do Relatório de Sustentabilidade.

A partir das informações que organizamos na tabela acima retiradas do site da empresa, da Fundação, Cartilha Pense Bem Meio Ambiente, Cartilha de Conscientização Ambiental e no relatório de sustentabilidade 2016, nos conduz a reflexão de que para empresa ser sustentável é reduzir a produção de resíduos industriais para impactar menos o meio ambiente. No entanto, a empresa produz um grande volume de resíduos em consequência de sua produção industrial que atende além do mercado interno, pois a maioria produzida é exportada. Para a empresa replantar uma árvore nos locais onde atua seriam ações de sustentabilidade, porém é em consequência do aumento da produção e da área plantada que acabam derrubando florestas e desapropriando terras indígenas.

No relatório de sustentabilidade 2016 descreve a sustentabilidade como sendo a redução de recursos naturais, que no nosso entendimento se contradiz, pois a BUNGE é a maior empresa agroexportadora do Brasil.

A partir da tabela também foi possível identificar que as ações de orientação atingem um público significativo de 15.678 funcionários e 8500 produtores rurais, (Cartilha de

conscientização Ambiental, 2009), por meio de seminários, campanhas e oficinas, o que vem a mostrar que a empresa se utiliza dos recursos disponíveis para divulgar suas atividades, a fim de aproxima-la da sociedade como empresa amiga e comprometida com o meio ambiente.

Na Cartilha Pense Bem Meio Ambiente (p. 54 e 74), desenvolvida pela BUNGE, ela descreve que para ser sustentável é preciso ter boas práticas agrícolas, é ter aumento da produção com a geração do menor impacto possível, é fazer bom manejo das propriedades e dos recursos naturais sem a utilização de substâncias nocivas, é preservar a mata ciliar tendo como o auxílio de discentes e docentes na cidade de Itajaí, SC.

E conforme relatórios de sustentabilidade descritos abaixo, entre os anos de 2012 a 2016, a empresa descreve suas ações e atividades para justificar os impactos negativos que gera, com o objetivo de melhorar sua imagem perante a sociedade. Dados estes, que estão disponíveis no site da empresa com acesso livre a qualquer cidadão.

3.1 Relatório de sustentabilidade da BUNGE

Descrevemos o relatório da empresa, disponível em seu site, entre os anos de 2012 a 2016, por entender ser importante, uma vez que consta as ações da empresa, o que vem a influenciar a população na análise da empresa, e neste sentido, como empresa sustentável e comprometida com o meio ambiente, pois omite impactos ambientais.

A BUNGE disponibilizou o relatório de sustentabilidade dos anos 2012 até 2016 no seu site. Diante dos relatórios da empresa, iremos descrever ano a ano, começando pela edição de 2012, (<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2012/port/ra/index.htm>) onde a empresa alega possuir uma Plataforma de Sustentabilidade para alinhar as necessidades do desenvolvimento sustentável. Para isso, criou frentes de trabalho, como a agricultura sustentável por entender como parte frágil uma vez que compra de produtores rurais a matéria-prima para produção de alimentos. Sendo assim, para que haja uma produção sustentável, busca sensibilizar e capacitar produtores rurais a reduzirem os impactos ambientais, além de melhorarem a eficiência dos recursos. As ferramentas utilizadas pela empresa são para atingir metas em parceria com a Embrapa, para disponibilizarem aos produtores. Para atingir metas, a BUNGE se utiliza de tecnologia para identificar a dose ideal a ser utilizada de fertilizantes e, dessa forma, oferece aos seus clientes educação e treinamento para correção do solo através da adubação correta. Nestas ações, a empresa trabalhou com agrônomos totalizando 60 eventos para promoção de boa prática agrícola (adubação equilibrada, plantio direto, rotação de cultura e condução das lavouras, atingindo 6.500 produtores).

Já no relatório de sustentabilidade da BUNG no ano de 2013, consta que o incentivo à agricultura sustentável foi estratégico para oferecer aos clientes e consumidores produtos fabricados com o máximo de eficiência na utilização dos recursos naturais. A empresa alega ter buscado minimizar os impactos ambientais, a orientar sobre o respeito, a legislação ambiental e trabalhista e os direitos humanos, para que sejam respeitados.

No ano seguinte, o relatório de 2014, a empresa defendeu a ideia de estabelecer relacionamentos estreitos com produtores rurais, para uma produção sustentável e à segurança alimentar, uma vez que a empresa não detém a gestão total da produção agrícola, mas buscava por meio de programas de incentivo. A companhia original (adquire), grãos de regiões produtoras de todo o país e os entrega a diferentes mercados de consumo do Brasil e do mundo. Também os transforma em insumo para as indústrias de alimentações animal e humana e para produção de biodiesel. Segundo a empresa, os fornecedores seguem critérios e renovam compromisso com as questões socioambientais para um desenvolvimento sustentável. No relatório de 2015, a empresa manteve o título de promoção da agricultura sustentável e um relacionamento transparente e longo com produtores rurais, para conservar os critérios de cultivo no campo, a fim de que seus fornecedores estejam respeitando o Código Florestal Brasileiro, de maneira que exista um bom ambiente de trabalho para seus colaboradores. Em contrapartida, a BUNGE oferece aos parceiros uma estrutura logística robusta, contendo silos, fábricas, terminais portuários e escritórios comerciais. Oferece também uma equipe comercial capacitada e apoio logístico qualificado. Já em no relatório a empresa descreve não possuir gestão sobre todo processo agrícola e que promove a agricultura sustentável para auxiliar e sensibilizar parceiros a respeitarem os direitos dos trabalhadores para não trazerem danos ao meio ambiente. De acordo com as políticas de sustentabilidade da BUNGE, encontramos: “Temos relacionamento direto com mais de 8.500 fornecedores anualmente. Isso nos leva a assumir a corresponsabilidade na adoção e manutenção de critérios socioambientais e legais que estimulem, de forma justa e correta, o cultivo no campo” (BUNGE, 2017).

Nos relatórios de sustentabilidade a empresa não descreve o quanto produz, nem sobre o consumo de agrotóxico utilizado para produzir sua matéria prima. Dessa forma, entendemos que, o conceito de sustentabilidade para a empresa, não é do consenso de todos, uma vez que ser sustentável é satisfazer as necessidades das gerações presentes, de forma a não comprometer as gerações futuras. Por isso, para Binswanger o *desenvolvimento Sustentável* significa *qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente* (BINSWANGER, 1997, p. 41). Então, entende

que o desenvolvimento sustentável é um processo que deve estar inserido em ações de políticas públicas para que surja efeito positivo ao bem social.

A BUNGE possui tanques de Amônia para fabricação de adubos, sendo que a amônia é um produto básico na indústria química e tem aplicações domésticas e industriais em áreas residenciais. Na agricultura, a amônia é usada na fabricação de fertilizantes, com isso traz o risco de intoxicação por contaminação hídrica e atmosférica, queimam as plantas por desidratação e apresentam intensa acidez pela água. A amônia é considerada um produto químico perigoso, corrosivo para a pele, olhos, vias aéreas superiores e pulmões. Portanto, o uso da amônia é um caso típico de externalidade negativa, já que oferece risco constante de vazamento, principalmente em se tratando de um volume grande armazenado além de que sua poluição gera contaminação do ar de forma recorrente na cidade do Rio Grande. No entanto, não está explícito no site, os efeitos para a saúde humana e dos ecossistemas, assim como os impactos destes para o sistema de saúde e a sociedade como um todo. Como resultado, temos custos invisíveis ou sociais, ambientais e sanitários que permanecem ocultos nos preços das mercadorias e terminam por serem socializados.

No site da empresa BUNGE, no item relatório de sustentabilidade do ano de 2008 está escrito que para produção de fertilizantes a empresa utiliza diversos insumos, entre eles a amônia, no entanto não menciona os custos ambientais envolvidos no processo. O aumento da produtividade agrícola nas últimas décadas tem evoluído significativamente, entretanto não são considerados que a produtividade agrícola é responsável por vários efeitos negativos tais como: concentração de terras, de renda, o desemprego e a migração campo-cidade e além do uso intensivo de agrotóxicos e agroquímicos. No seu projeto de sustentabilidade a empresa não cita ou não menciona o uso e consumo de agrotóxico utilizado para produzir sua matéria prima. Não podemos esquecer que os fertilizantes também geram vários riscos de impactos ambientais, desta forma o agronegócio degrada o solo, espaços naturais, causa erosão, o que vem a causar impactos negativos significativos. A erosão dos solos, reduz sua capacidade de produzir, além de levar para os recursos hídricos fertilizantes nitrogenados, o que vem a provocar a proliferação de algas que ao se decomporem consomem o oxigênio da água e causam a alteração total dos ciclos bióticos relacionados com as plantas e animais aquáticos conforme reportagem do site Eco debate realizada em 2010.

Os metais que constituem os fertilizantes possuem propriedades de bioacumulação no meio ambiente e também nos organismos vivos, os quais não possuem capacidade de expelir, ficando, dessa forma, acumulado ao longo da cadeia alimentar, o que oferece risco a saúde por meio da ingestão de alimentos que contenham metais. Após o uso na agricultura, estes

compostos são levados até os rios, pelas águas pluviais ou pela infiltração no solo, chegando ao lençol freático e mananciais. Temos ainda, a erosão dos solos que reduz sua capacidade de produzir além de levar para os recursos hídricos fertilizantes nitrogenados, o que vem a provocar a proliferação de algas que ao se decomporem consomem o oxigênio da água e causam a alteração total dos ciclos bióticos relacionados com as plantas e animais aquáticos. Analisando a sustentabilidade da empresa, identificamos que ela não considera a diversidade social, nem as contradições de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território, conforme preconiza (ACSELRAD, 2004, p. 01), ou seja, o campo técnico se apresenta descolado das lutas sociais, tão importante para entender as relações sociais, pois é nesse espaço que se encontram as diversas formas de apropriação e uso de recursos ambientais. Foladori (2006, p. 7), reforça, ainda, que as discussões sobre relações capitalistas e políticas ambientais ficam reduzidas a uma visão técnica e limitada a sustentabilidade ecológica como vimos no apresentado como sendo sustentabilidade pela empresa em seus relatórios.

Sendo que para a BUNGE ser sustentável é preciso eliminar o desflorestamento das cadeias de fornecimento agrícola, reduzir o consumo de água e energia, efetuar a destinação correta de resíduos, reciclar e reduzir os gases do efeito estufa, podemos dizer que é/ são apenas afirmações vazias, pois não atacam os causadores de tais problemas, mas apenas seus efeitos. Além disso, o agronegócio ao produzir riqueza decorrente da exploração da natureza e do uso intensivo de agrotóxicos, faz com que a riqueza produzida beneficie os empreendimentos e neste sentido produzem suas narrativas; de outro lado a produção intensiva causa o esgotamento das terras, além de que a incessante busca por lucros, tem levado ao uso intensivo de venenos o que acaba degradando e contaminando a terra, as águas, os rios e as pessoas.

Sendo assim, entendemos que ser sustentável para as empresas é manter os recursos naturais de forma que permaneçam disponíveis para o seu uso, com o objetivo de manter sua produção, e seus lucros; enquanto que para nós, ser sustentável é fazer uso dos recursos naturais de forma consciente, para atender as necessidades do presente, de forma a permitir a disponibilidade desses recursos para gerações presentes e futuras sem venenos, com produtos e processos produtivos saudáveis com distribuição equitativa dos benefícios e malefícios.

3.2 A Educação Ambiental da BUNGE no Brasil

A tabela 11, foi elaborada a partir de uma pesquisa feita nos mesmos sites da tabela 10, sendo estes, site da empresa, site da Fundação, da Cartilha Pense Bem Meio Ambiente e da Cartilha de Conscientização Ambiental e relatório de sustentabilidade da BUNGE. Também nesta tabela há 04 (quatro) colunas organizadas conforme tabela anterior. Nesta existe 04 colunas, onde consta o site de onde foi retirado a informação, os objetivos/ e o que é EA para BUNGE, de que forma se efetiva suas ações e qual o público atingido. A partir das informações contidas na tabela, podemos caracterizar a Educação Ambiental da empresa, como se materializa e seus impactos. Então, dessa forma podemos evidenciar as informações obtidas a seguir:

Tabela 11: A Educação Ambiental da e para a BUNGE/Brasil

| DOCUMENTOS CONSULTADOS | OBJETIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA BUNGE | COMO SE EFETIVA | IMPACTO DA AÇÃO, PÚBLICO ATINGIDO, ONDE E QUANDO |
|----------------------------------|--|---|---|
| SITE DA BUNGE | Fazer reciclagem urbana e inclusão social na região na região do ABC Paulista. | Programa de reciclagem de óleo usado, como processo educativo de conscientização. | Foram recolhidas 800 toneladas de óleo de cozinha em 2015 em 40 cidades brasileira. |
| SITE DA FUNDAÇÃO BUNGE | É oferecer espaço para leitura genérica, como parte de seu compromisso social. | Para Fundação, Educação é possuir Bibliotecas e salas de leitura – espaços de formação de leitores. | Presente em 09 Estados brasileiros - RS, SC, PR, SP, MG, BA, PI, PE e MT 19 escolas e instituições 5.523 crianças atendidas 349 professores 430 voluntários |
| CARTILHA PENSE BEM MEIO AMBIENTE | Orienta sobre a necessidade de famílias usarem água de forma consciente. (P.26), Público: pessoas comuns que participam de oficinas da BUNGE | “Reuso água da chuva, chuveiro, e lavatórios e máquina de lavar” (Cartilha Pense Bem Meio Ambiente, 2010, p.10) | A cartilha Pense Bem foi criada em 2010, tendo sido entregue na rede de Supermercados Carrefour do Paraná para pessoas após participarem de oficinas. |

| DOCUMENTOS CONSULTADOS | OBJETIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA BUNGE | COMO SE EFETIVA | IMPACTO DA AÇÃO, PÚBLICO ATINGIDO, ONDE E QUANDO |
|---------------------------------------|--|--|--|
| CARTILHA DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL | Conscientizar sobre a importância de recuperar os impactos ambientais; | Através da otimização do uso de defensivos agrícolas. Já que a agricultura está sujeita ao ataque de pragas, doenças e ervas daninhas, o que torna o uso de defensivos agrícolas inevitável. No entanto, estes produtos, quando aplicados inadequadamente, podem trazer efeitos nocivos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador. | “Esta cartilha é dirigida a aqueles que desenvolvem suas atividades diárias no campo e que tem na agricultura e pecuária seu principal meio de sobrevivência”, foram confeccionados 20 mil exemplares. |
| RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2016 | Recuperar os danos ambientais provocados pela ação humana; | “Recuperação da mata ciliar” (R p.48) | Criado em 2006 o programa BUNGE Natureza, já atendeu mais de 10 mil alunos, 42 instituições e 19 escolas. |

FONTE: Tabela elaborada pelo pesquisador.

A partir da tabela 11, construída através de dados obtidos no site, na Fundação e nas Cartilhas da BUNGE foi possível constatar que a empresa orienta sobre ações de Educação Ambiental tais como: reciclagem urbana, uso consciente da água e recuperação de impactos ambientais.

Ao analisarmos as orientações sobre reciclagem urbana de óleo comestível disponível no site da empresa, identificamos estas como sendo ações individuais, uma vez que orienta sobre o destino correto de resíduos produzidos em consequência do consumo de produtos produzidos pela empresa.

Quanto ao uso consciente da água orientado através da Cartilha Pense Bem Meio Ambiente, ela não descreve que a indústria e a agricultura são responsáveis por consumirem aproximadamente 90% da água potável. No entanto, prega que as famílias devem reduzir seu consumo, como se fossem as maiores consumidoras.

Com relação à orientação sobre a recuperação de impactos ambientais disponíveis na Cartilha de Conscientização Ambiental, a empresa ensina como a sociedade em geral e agricultores podem colaborar. No entanto, omite que ela própria é responsável por estes impactos, em consequência de suas atividades na indústria e na agricultura. A BUNGE não possui plantações, porém compra de agricultores que contribuem para gerar impactos ambientais em consequência do uso de fertilizantes e veneno agrícola.

Ao comparar estas ações da empresa de recuperar impactos ambientais, reciclagem urbana e redução do consumo de água, com a EA segundo (CARVALHO, 2004), esta é percebida como conservadora, pois não leva em consideração a interação entre a natureza e a cultura humana, nem tão pouco, os conflitos existentes. O que segundo (LAYRARGUE E LIMA, 2011), tem um viés conservador, pois legitima práticas educativas em ações individuais e comportamentais. Uma vez que para (CARVALHO, 2004), a prática educativa seria a formação do sujeito enquanto ser individual e social, assim como para (SATO, 1992), onde descreve que uma EA crítica expressa à compreensão social e política, o que não foi no caso identificado nos programas da referida empresa do agronegócio.

A empresa dispõe ainda, do programa comunidade integrada, que oferece o curso de Formação Profissional programa para Formação de Educadores, que contou com mais de 390 professores, entre eles coordenadores e diretores de escola das redes municipais de educação de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do Tocantins.

O site destaca também o plano e projeto de infraestrutura (saneamento), que apoia a criação de consórcio intermunicipal de Gestão de Resíduos sólidos formado pelos três municípios. Com a parceria da Universidade Federal do Tocantins, tem elaborado o projeto de aterro sanitário. Na cidade do Rio Grande, palco principal desta pesquisa, a empresa desenvolveu o projeto Comunidade Educativa, que teve início em 2005, contando com 15 voluntários, 1588 alunos, 143 professores em 07 escolas. O que segundo o site, seguiu a filosofia da escola sustentável, que tende a contribuir para a formação de alunos cidadãos, aptos em leitura e conscientes de seu papel no presente, porém comprometidos com o futuro. Na página da empresa, não está descrito como é trabalhado a leitura na escola, para entendermos se o estímulo à leitura se dá apenas de forma mecânica ou se existe espaço para uma reflexão acerca do assunto abordado, a fim de que o leitor possa tirar suas conclusões e diante dela, debater com os colegas a fim de formarem suas próprias opiniões. Ainda na cidade do Rio Grande, no ano de 2013 o destaque da empresa foi para o curso de formação mensal de mediadores de leitura envolvendo professores e voluntários, mediação de leitura nas escolas parceiras pelos voluntários, movimento de leitura na empresa, formação de mediadores mirins, inauguração de 2 espaços de leitura: sala de leitura Casa Encantada, na Escola Municipal de Ensino Fundamental D. Pedro II e a sala de leitura Magia Literária que é um espaço destinado a leitura, além da realização da Feira Literária.

Neste mesmo ano o projeto envolveu 9323 pessoas em 70 atividades com 78h de formação, tendo sido contempladas as seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Navegantes, Escola Municipal de Ensino Fundamental Marília Rodrigues

Santos, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro II, Escola Municipal de Ensino Fundamental São Miguel, Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista, Escola Municipal de Ensino Fundamental Jayme Gomes Monteiro e Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Roque Aita Júnior.

A BUNGE possui vários projetos, disponíveis no site da empresa, no qual descreve como sendo iniciativas e projetos de sustentabilidade, desenvolvido com o objetivo de contribuir com a estratégia de gestão da empresa. As iniciativas e projetos de sustentabilidade desenvolvidos pela BUNGE Brasil estariam alinhados a estratégia de gestão da empresa. Desta forma envolve o público interno e externo, entre os projetos estão: Planeta Sustentável, Diversidade BUNGE, Pomar Urbano, Colaborador Sustentável e BUNGE Natureza. O Planeta Sustentável é descrito como sendo uma plataforma grande de comunicação em sustentabilidade, que conta com 38 publicações da Editora Abril e com o apoio de várias empresas, entre elas a CPFL Energia, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – (SABESP), Petrobrás, Grupo Camargo Correa e Caixa Federal. A Diversidade BUNGE visa reabilitar deficientes físicos da previdência social da BUNGE, para incluir na equipe e assim diversifica-la.

O pomar urbano teve início em 1999, através da secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo e contou com a BUNGE para transformar as margens do Rio Pinheiros.

O projeto colaborador sustentável criado em 2011 visa sensibilizar seus profissionais a relacionarem a sustentabilidade com metas pessoais para transformar seus hábitos.

O projeto BUNGE Natureza, com início em 2005 na unidade de Gaspar – SC alimentos e ingredientes teria recuperado aproximadamente 500 mil metros quadrados de área degradada. Em 2011 houve uma expansão, o que segundo a empresa teria melhorado o engajamento dos colaboradores na gestão ambiental, para interagir com as comunidades do entorno de todas as áreas de negócio, alegando controlar os impactos gerados pelas atividades da empresa. Este projeto recuperou 28 mil m² de área, com a ajuda de colaboradores plantou 43 mil sementes nativas da Mata Atlântica, além de produzir 38 mil mudas de plantas³⁵.

Na unidade de Gaspar, SC atua na área de pesquisa, recuperação, conservação e Educação Ambiental em parceria com a FURB- Fundação Universidade Federal de Blumenau. Sobre esse projeto, segue na figura abaixo:

³⁵Projetos parceiros. Maiores informações podem ser obtidas através do site da empresa. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Sustentabilidade/Iniciativas_Projetos_Parceiros.aspx> Acesso 02 de setembro de 2017.

Figura 10: Unidade de Gaspar/SC



FONTE: Empresa BUNGE

Outro programa desenvolvido pela empresa é o de Recuperação Ambiental (PRA), também em parceria da BUNGE com FURB, onde está mapeia, pesquisa e divulga resultados.

As atividades são voltadas a recuperação ambiental, sendo utilizado a produção de mudas nativas até o plantio para restauração da faixa de floresta ciliar, atingido 807.273m². A figura 12, na página seguinte ilustra estas mudas:

Figura 11: Mudas para plantio de florestas ciliares



FONTE: Empresa BUNGE [SITE]

No ano de 2011, por meio do programa CDAL – Centro de Divulgação Ambiental e Laser atendeu 1478 pessoas, entre alunos, professores e comunidade conforme foi

evidenciado e disponibilizado no site da empresa. Em Figueira Branca, a RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, possui 300 hectares, sendo mantida pela BUNGE.

Figura 12: Reserva Particular do Patrimônio Natural em Figueira Branca



FONTE: Site da Empresa BUNGE [SITE].

Entende a empresa como sendo um espaço de sensibilização para questões ambientais, utilizado por escolas e comunidade em geral para conferir a riqueza da Mata Atlântica. Em 25 de julho de 2017 foi feito contato com a responsável pelos projetos da Empresa BUNGE na cidade do Rio Grande³⁶, nesta fomos informados de que a empresa não desenvolveu projetos na cidade do Rio Grande, no ano de 2017, no entanto, disponibiliza material didático em seu site, bem como disponibiliza cursos em outros estados, conforme disponível no site da Fundação BUNGE, o que de certa forma divulga a imagem da empresa para que a vejam como uma empresa comprometida com a sustentabilidade e as questões socioambientais, no entanto, omite os impactos negativos gerados pelas suas atividades, como poluição das águas por fertilizantes, venenos agrícolas, desflorestamento e conflitos sociais.

As Empresas do agronegócio se utilizam de propaganda para justificar suas atividades, dessa forma, o agronegócio em suas narrativas argumenta da positividade de seus negócios, e nestas, tanto as propagandas quanto a educação são instrumentos utilizados, mas também a organização do setor em entidades nacionais como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), fundada em 1993 para representar “os interesses de grandes empresas do setor do agronegócio” e dessa forma, melhorando sua imagem diante da sociedade.

³⁶ A senhora K. C, responsável pelos projetos ambientais, informou em 25 de julho de 2017 por meio do telefone 53-32343612, que não existe na cidade, atualmente nenhum projeto em andamento, sendo que maiores detalhes estão disponíveis no site da empresa Bunge

Estudo feito por Lamosa (2010), constatou que foi feita uma parceria entre a ABAG e a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, no ano de 2001, e destas foram desenvolvidas atividades educativas junto a adolescentes nas escolas da rede estadual, visando melhorar a imagem do setor.³⁷ Lamosa estudou o discurso dos proprietários do agronegócio em sua relação com a Educação Ambiental e a sustentabilidade, chegando à conclusão de que o patronato rural a partir da criação da ABAG passou a ser representado por esta, que por meio do projeto “Agronegócio na escola”, defende os interesses individuais da classe à qual representa.³⁸ Para Lamosa (2010), a inserção do programa organizado por uma entidade privada, acabou retirando da escola o caráter público e tendeu a representar interesses privados, inseridos na lógica capitalista. No caso, a EA serviu como fundamentos aos conteúdos e atividades desenvolvidas com as crianças. Mas, na medida em que os docentes transmitem aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do agronegócio, em que medida, tal ação não é mais propaganda do que educação/ensino foi problematizado pelo pesquisador.

Buscou-se no site da empresa BUNGE seus projetos e atividades de EA na cidade do Rio Grande, com o objetivo de ampliar as informações, conforme já mencionamos.

As cartilhas *Pense Bem Meio Ambiente* e a *Conscientização Ambiental* distribuídas para população em geral e para os agricultores familiares, de alguma forma divulgam a imagem do setor e levam uma boa impressão da empresa com relação a sustentabilidade, consciência ambiental e do compromisso com o meio ambiente, sem descrever os impactos negativos e os conflitos existentes em consequência da produção ou ampliação do agronegócio. Dessa forma, fica evidente que o uso de cartilhas e a propaganda do setor nos veículos de comunicação, tendem a uma Educação Ambiental desenvolvida de forma reducionista, uma vez que não apontam conflitos, nem problemas sociais, o que dá um caráter conservador, onde o indivíduo reproduz ações de forma mecânica, sem refletir sobre ela, opondo-se à Educação crítica, a qual busca uma transformação individual e social, com o

³⁷ A ABAG é um tipo novo de organização da classe dominante, difundido no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. In.: LAMOSA, Rodrigo. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a11v22n83.pdf>> Acesso em 12 de Abril 2017.

³⁸ “A inserção do programa organizado por uma entidade privada retira completamente a possibilidade de existência do caráter público da escola, dado que o ensino promovido neste espaço passa a ser mediado por interesses privados. A escola desinteressada, defendida por Gramsci como modelo de escola pública fica, então, impedida por um projeto de escola interessada quando tem seus interesses confundidos com os do mercado. O ensino passa a ser mediado por interesses privados inseridos pela lógica de projetos e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista é reproduzida por uma educação ambiental que perde, com isso, seu caráter crítico-transformador, voltada para uma educação emancipatória”. In.: LAMOSA, Rodrigo. & LOUREIRO, Carlos Frederico B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a11v22n83.pdf> Acesso em 03 de Fevereiro de 2017

objetivo de mudar a realidade, que é a existência de desigualdade socioambiental histórica no país como um todo.

3.4 Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos argumentos no sentido de mostrar, de um lado, a transformação do latifúndio em empresas do agronegócio nos anos 2000 em diante, de forma mais explícita, pois inseridas no consenso das *commodities* que governos de sinais políticos se utilizaram para financiar seus superávits na balança de pagamentos bem como para pagar juros de especuladores detentores de “papéis” do governo, no caso do Brasil; mas também, apresentamos a BUNGE no contexto nacional e regional (extremo sul do Brasil), e suas atividades e ações, seja no relacionado de seus discursos de sustentabilidade e de educação ambiental que promove, financia e conceitua conforme seus documentos.

Então, chegamos à conclusão de que a sustentabilidade para a empresa é reduzir os impactos ambientais que ela mesma gera para atender o mercado interno e externo, é potencializar o uso de recursos naturais, os quais serão importantes para manutenção da sua produção, é construir uma campanha para plantar árvores, sendo que ela ao aumentar sua área de produção agrícola destrói florestas, mas utiliza o artifício em seu programa "Eu ajudei a plantar uma árvore", para reparar o que ela mesma contribuiu para que fosse destruído. Através desse discurso de empresa amiga do meio ambiente acaba melhorando sua imagem diante da sociedade e também de outras empresas do setor.

Com isso, a empresa destaca a importância da reciclagem urbana para reduzir a quantidade de resíduos, mas não orienta sobre a necessidade de reduzir o consumo, o qual seria fundamental para que houvesse uma diminuição efetiva de resíduos. No entanto, isso não acontece na prática, pois a empresa capitalista visa lucros e para que ocorra precisa incentivar o consumo de seus produtos e desta forma se utiliza da educação ambiental como aporte para orientar na reparação de impactos que ela mesma produz, tendo como objetivo manter as condições que permitam a continuidade de sua produção através da existência de matéria prima e da divulgação da boa imagem da empresa perante a sociedade, através do *marketing* que tem funcionado muito bem nos últimos anos, conforme já destacamos nos capítulos anteriores, a campanha “Agro é *Pop*” da rede Globo de televisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo I, desta dissertação, apresentamos e discutimos a Educação Ambiental no Extremo Sul do Rio Grande do Sul no contexto da injustiça social e ambiental. Assim, como na pesquisa de tese de Caio Floriano dos Santos (2016), identificamos, também o discurso ambiental e da sustentabilidade na afirmação de ações positivas da BUNGE, assim como Santos fez no relacionado ao Porto de Rio Grande; igualmente tal discurso foi identificado no relacionado a Educação Ambiental da empresa BUNGE, como parte de seu discurso ambiental.

Sendo o Extremo Sul um território conflitivo e de injustiça ambiental conforme (SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2016; PUCCINELLI, 2016, RODRIGUES, 2016 e MACHADO, 2017), visto que a apropriação e o uso da riqueza da exploração da natureza não são distribuídos de forma equânime e os impactos recaem sobre os mais pobres, com menos conhecimento acabam absorvendo os impactos negativos (MACHADO, et all, 2017), tais aspectos não podem ser desconsiderados na análise crítica tanto no discurso da sustentabilidade quanto da EA da empresa.

Por exemplo, na tabela 1 (ver página 22), que a distribuição de renda no Brasil, Rio Grande do Sul e na cidade do Rio Grande é má distribuída, uma vez que os 10% mais ricos do país se apropriavam de aproximadamente 51% da renda do país em 1991, com uma pequena diminuição em 2010, para aproximadamente 49%, não sendo muito diferente no estado do RS. Enquanto que os 80% mais pobres, da população, apropriam-se aproximadamente de (32 a 37%) da renda. Com relação a estrutura fundiária não é muito diferente, visto que propriedades menores do que 10 hectares somam 34,1% dos imóveis o que equivale a (1,5% da área) rurais, enquanto que propriedades com área superior a 10 mil hectares, não somam nem 1%, porém representam (20,6% da área total). Neste sentido, fica evidenciado na tabela 2 (ver página 21), a existência de desigualdade na distribuição de terras no Brasil como um todo, o que vem a se articular com a pesquisa acerca de estudos e reflexões sobre a desigualdade social, também na apropriação da terra desde os primórdios da ocupação pelos Portugueses da região e do País.

Diante da configuração de injustiça ambiental a qual foi ampliada conceitualmente, através de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do observatório realizados conforme (MACHADO, et all, 2017). Neste capítulo, também foi analisado a EA conservadora e a EA crítica, conforme tabela 4 exposta na página 26, na visão de vários autores, entre eles

(REIGOTA, 2002), (GUIMARÃES, 2007), (CARVALHO, 2004), (LOUREIRO,2002), posteriormente foi realizado uma análise na EA da empresa BUNGE, a fim de identificar que EA se utiliza para desenvolver suas atividades. Nesta chegamos à conclusão de se tratar de uma EA conservadora, uma vez que reduz a educação a uma ação de conservar, reduzir impactos, reciclar, a plantar uma árvore, conforme descrito no quadro 5, que nas palavras de (GUIMARÃES, 2007, p.34), tem uma visão mecanicista que acaba simplificando e reduzindo os fenômenos complexos da realidade.

No capítulo II, foi analisado o histórico do latifúndio e o agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, para demonstrar a histórica má distribuição de terras no país, que perpetuam até os dias atuais, ou seja, a apropriação por um pequeno grupo de muita terra, enquanto um enorme quantidade de pessoas do campo possuem pequenas propriedades ou nem isso. E isso advém desde a chegada dos Portugueses no Brasil. Por outro lado, são estes pequenos agricultores responsáveis por levarem alimento à mesa de 70% da população. Nesta, destacamos também, que o povoado gaúcho se intensificou com a disputa de limites entre Portugal e Espanha, vindo a intensificar a concessão da sesmaria pelo império no século XVIII. No mesmo capítulo, foi abordado a produção agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul, onde pode-se constatar através do quadro 16, que as terras destinadas a agricultura familiar, ou seja, 15,6%, são muito inferior a destinada a agricultura não familiar 84,4%.

Após, apresentamos a BUNGE, que foi o estudo de caso que realizamos. A empresa exporta no setor de agronegócio do país está presente na cidade do Rio Grande, local onde foi realizada esta dissertação, mais também, é uma empresa que está presente na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, na Argentina, cidade em que o autor já qualificou uma tese de doutorado na Universidade Nacional de Rosário (2017), onde analisa a EA, sustentabilidade e a injustiça ambiental desenvolvida pela mesma empresa.

No capítulo III, buscou-se identificar a sustentabilidade e a Educação Ambiental da BUNGE no Brasil. Com relação a sustentabilidade da empresa, está se diz estar preocupada com o Meio Ambiente, e dessa forma orientou somente no ano de 2013, aproximadamente 17 mil agricultores rurais sobre a destinação correta de resíduos industriais, para reduzir os impactos ambientais. Resíduos que ela mesma reconhece produzir em consequência das suas atividades e das atividades de seus parceiros na agricultura, conforme relatório de sustentabilidade 2016, disponível no quadro 06. Por outro lado, por exemplo, em 2012, na Feira Internacional de Panificação, a empresa plantou uma árvore para cada pessoa que visitou seu estande na campanha "Eu ajudei a plantar uma árvore", e ainda, deu um *botton* para destacar a participação da pessoa como "coparticipante desta ação". Dessa forma, entende-se

que a empresa estaria apenas reparando parte dos impactos que ela mesma e outras provocaram para execução de suas atividades. Isto porque, segundo Rosane Balson (2009), desde 1960, o padrão de produção baseado na monocultura trouxe a destruição das florestas e da biodiversidade, além de provocar a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais.

A monocultura cresce influenciada pela econômica externa, no entanto, a empresa defende suas ações argumentando que estaria produzindo alimento para atender a demanda. Por exemplo, seminário entre a Fundação BUNGE e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no dia 23 de setembro 2014, a empresa aproveitando-se das climáticas que tem como consequência a insegurança alimentar para 800 milhões de pessoas no mundo, destacava a importância do avanço da microbiologia ambiental na área e do melhoramento genético de plantas para que estas fiquem mais resistentes para reduzir perdas, aumentando assim, a produção agrícola. Através do discurso a empresa tenta justificar a melhora genética, para o uso de sementes transgênicas, a fim de reduzir as perdas e com isso, otimizar lucros associando-a a “ameaça” das catástrofes climáticas, as quais o próprio modelo de produção para exportação do agronegócio ajudam a criar.

Para divulgar suas ações a empresa se apropria de vários meios, como a *Cartilha de Conscientização Ambiental*, onde descreve que os agricultores devem considerar a sustentabilidade e promover uma prática ambientalmente adequada e socialmente benéfica (p. 74). Entendemos que o discurso da empresa se contradiz na prática, uma vez que sustentabilidade compreende a satisfação das necessidades do presente, permitindo que no futuro outros tenham acesso também a esses recursos naturais.

Contraditoriamente, diz no relatório de sustentabilidade 2016, a empresa BUNGE, que a minimização do uso dos recursos naturais finitos fazem parte de seu projeto de sustentabilidade, no entanto sua produção tem aumentado a cada ano, conforme revista época (02/2017), o crescimento foi de 33% no 4º trimestre de 2016 comparado com o mesmo período em 2015. Nesta, concluímos que o discurso faz parte do *marketing* do setor, a fim de divulgar uma boa imagem da empresa para sociedade, visando divulgar que estaria comprometida com o meio ambiente, além de ser parte da justificativa do agronegócio para economia do país, conforme podemos contatar, diariamente, nas propagandas da Rede Globo de televisão, sobre o tema.

No entanto, constatamos que o agronegócio também traz impactos ambientais negativos, como a poluição de rios por veneno agrícola (agrotóxico), pela derrubada de florestas para a expansão agrícola, entre outros, que não estão escritos nas propagandas,

cartilhas, relatórios, etc., mas que influenciam na qualidade de vida das pessoas através do envenenamento, doenças e gastos que o sistema público de saúde tem que arcar no tratamento de doenças advindas destas atividades e dos produtos aí produzidos, das águas e do ar contaminado.

Portanto, disso tudo, concluímos que a empresa se utiliza da EA conservadora para justificar suas ações, pois conforme tabela 11, descreve que orienta sobre a reciclagem urbana, o que segundo (LIMA, 2002), seria uma visão reducionista das questões ambientais. Através desse método de ensino conservador, é que a empresa justifica suas ações de sustentabilidade, conforme mostrado na tabela 10, onde orienta sobre a redução de resíduos industriais, gerados por ela mesma, com o objetivo de mostrar para sociedade ser esta uma empresa amiga do meio ambiente, uma vez que não descreve os impactos gerados pelo setor. Esta EA desenvolvida/prezada pela empresa é o oposto da EA a qual o autor busca com essa dissertação, que é uma EA crítica/transformadora, para levar a uma reflexão sobre a compreensão social e política, a fim de orientar para que seja feita justiça ambiental.

REFERENCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido in: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, 2005.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; et al. (Org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

ACSELRAD, HENRI. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Estudos Avançados**. v. 24. n°. 68. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>> Acesso em 21 de agosto de 2017.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; BURSZTYN, Marcel. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Alvaro Javier Fernádes. **A construção da infância Wayúu vítima em Guajira (Colômbia): o discurso colonial que justifica o extrativismo**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1011-alvaro-javier-fernandez-castro.html>>, acesso 10.11.2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O agronegócio Latifundiário Versus a Agricultura Camponesa: A luta Política e Pedagógica do campesinato**, São Paulo, 2009, pp. 1-34.

CASSALL, Vivian Brusius; AZEVEDO, Letícia Fátima de; FERREIRA, Roger Prestes SILVA, Danúbio Gonçalves da; SIMÃO, Rogers Silva. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. In.: **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET**. V. 18 n. Abril de 2014, p.437-445.

COSTA, Leila Salles. **Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ)**. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1042-leila-salles-da-costa.html>>, acesso 10 de novembro de 2017.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO**

BRASIL: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS). 2014. 244f. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Administração, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102305>> Acesso em 21 de outubro de 2017

CHURCHILL, Jr; Gilbert.; PETER, Paul. **Marketin: criando valor para os clientes.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAS, Eugênia Antunes, **Desculpe o transtorno, estamos em obras para melhor servi-lo! A Educação Ambiental no contexto da apropriação privada da natureza no licenciamento ambiental.** 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/doutorado/teses/72-teses-2014/748-eug%C3%AAnia-antunes-dias.html>>, acesso 10 de novembro de 2017.

FILHO, José Luiz Alcantara. FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In. **HERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>> Acesso em 24 de Janeiro de 2018.

FOLADORI, Guillermo. La Insostenibilidad social Del desarrollোসostenible. In: **Revista Portilaria.** Vol. 17, nº 2-2006, [7-20], ISSN: 1578-0236. Huelva.

FOLADORI, Guillermo. Consumo y producción de cultura: dos enfoques contrapuestos en las ciencias sociales.. In: **Revista Anales de Antropología.** Vol. 29, nº 1. Distrito Federal - México 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Cleyton. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às "entidadessatélite". In: **Revista Ruris** (Campinas). v.8, n.2, 2014. p. 29 - 60. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1988/1424>> Acesso em 24 de agosto de 2017.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papirus (Coleção Papirus Educação) 2007, 171 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

KOTLER, P. Administração de marketing: 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z**: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Tradução de Afonso Celso Cunha Serra. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LEFF, ENRIQUE. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza; Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Revista Ambiente e Educação, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2003.

LUCENA, Rejane. **Manual de Formação de Nudec**. 2005. Disponível em www.defesacivil.gov.br. Acesso em 13 de julho de 2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise Ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e Dialética: Contribuições à Práxis Política e Emancipatória em Educação Ambiental. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: SP, v. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. . (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Carlos RS (Org.). **A (in) sustentabilidade da qualidade e da democracia na educação e no ensino em Rio Grande e São José do Norte (RS, Brasil)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2013a. v. 13. 132p.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SANTOS, Caio Floriano dos.; ARAÚJO, Claudionor Ferreira.; [et al...] (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. 280 p.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva; MACHADO, Tainara Fernandes. O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos. In: **REMEA - Revista do Mestrado em Educação Ambiental**. [S.l.], p. 60-78, jun. 2017. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/6893>>.. <Acesso em 21 março 2017>.

MACHADO, Carlos RS; MORAES, Bruno. O conflito como momento de ruptura da hegemonia: reflexões e contribuições a partir de Henri Lefebvre. In: **IV EICS: Espaços Públicos, Identidade e Diferenças**. Universidade Federal do Pelotas. Pelotas, 2014.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio F.; MASCARELLO, Marcela de Avellar (org.). **Conflitos Ambientais e urbanos – casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: EVANGRAF, 2015;

Martins, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estud. av.* vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004, acesso 05/07/17

MENDONÇA, SONIA REGINA DE. O Panorama Rural e a Consolidação Hegemônica da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag): 1999 – 2009. In.: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: História e Democracia. , Disponível em http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502384332_ARQUIVO_MENDONCA-INTEGRAL.pdf, Acesso em 02 de agosto de 2017.

MONTIBELLER F, Gilberto. Espaço socioambiental e troca desigual. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 1-20, jan. 2004. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/635>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

MOREIRA, João Carlos, SENE, Eustáquio de. Geografia: volume único. São Paulo: Scipione, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Cleiton Luiz Freitas de, **No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS)**. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011303.pdf> >. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. **Fórum Nacional de Reforma: A Natureza do Agronegócio no Brasil**. Brasília: Via Campesina, 2005.

PUCCINELLI, Vinicius Ramos. 2016. **Educação Ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da vila da Capilha**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2016.

PUCCINELLI, Vinicius; MACHADO, Carlos. Entre lembranças e esquecidos estão as relações que constituem o território do TAIM-RS: *reflexões sobre conflitos, injustiça e desigualdade ambiental*. In: **Conflitos Ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**, Edigraf: POA, 2015 (v. 2).

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Brasília: Editora Brasiliense, 2002.

RODRIGUES, Eron da Silva, **O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande**. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1018-eron-da-silva-rodrigues.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SATO, Michèle. **Howthe environmentis written - a study of the utilisation of text books in environmental education in Brazil and England**. Norwich: 1992, 215p. M.Phil. Thesis, School of Environmental Sciences, University of East Anglia.

SANTOS, Caio Floriano dos, **O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território"**. 2016. 256f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2016. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/doutorado/teses/81-deze/929-caio-floriano-dos-santos.html>>. Acesso 10 de novembro de 2017.

SANTOS, *Caio Floriano dos*; GONÇALVES, *Leonardo Dorneles*; MACHADO, *Carlos Roberto da Silva*. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA JUSTIÇA AMBIENTAL: DANDO MAIS UNS PASSOS, In: *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. [S.l.], v. 32, n. 1, p. 189-208, ago. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5016>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, nº 135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: janeiro, 1999.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

STEDILE, João Pedro et al. Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. In: **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, jul. 2006.